

OBSERVATÓRIO  
S O C I A L

REVISTA

Nº 15

junho 2009

ISSN 1678 -152 X

Conheça as empresas  
estrangeiras que compram a  
madeira do desmatamento

Corporações brasileiras  
fazem negócios com empresas  
envolvidas em crimes ambientais

# Quem se beneficia com a devastação da Amazônia

FOTO: Madeira ilegal é beneficiada em Altamira (PA)

**CONSELHO DIRETOR**

**PRESIDENTE** - Artur Henrique da Silva Santos  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO** - Valeir Ertle  
**CUT** - Denise Motta  
**CUT** - Jacy Afonso de Mello  
**CUT** - João Antônio Felício  
**CUT** - Quintino Marques Severo  
**CUT** - Rosane da Silva  
**CUT** - Valério Conceição da Silva  
**DIEESE** - João Vicente Silva Cayres  
**DIEESE** - Mara Luzia Feltes  
**UNITRABALHO** - Francisco Mazzeo  
**UNITRABALHO** - Silvia Araújo  
**CEDEC** - Maria Inês Barreto  
**CEDEC** - Tullo Vigevani

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**PRESIDENTE** - Artur Henrique da Silva Santos  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO** - Valeir Ertle  
**UNITRABALHO** - Carlos Roberto Horta  
**DIEESE** - João Vicente Silva Cayres  
**CUT** - Jacy Afonso de Mello  
**CUT** - João Antônio Felício  
**CEDEC** - Maria Inês Barreto

**SUPERVISOR INSTITUCIONAL** - Amarildo Dudu Bolito  
**SUPERVISOR SISTEMA DE INFORMAÇÃO** - Ronaldo Baltar

**SEDE NACIONAL**

Rua São Bento, 365 - 18º andar  
Centro - São Paulo SP  
Fone: (11) 3105-0884 Fax: (11) 3107-0538.  
sp@observatoriosocial.org.br

**EDITOR CHEFE**  
Marques Casara (RJ 19126)

**EDITORES ASSISTENTES**  
Dauro Veras (SC-00471-JP) e  
Paola Bello (SC- 03022-JP)

**COLABORAÇÃO**

Ana Iervolino  
Antônio Biondi  
Bianca Pyl  
Iberê Thenório,  
Marco Sayão Magri  
Maurício Hashizume  
Maurício Monteiro Filho  
Verena Glass

**INFOGRAFIA**  
Pingado Sociedade Ilustrativa

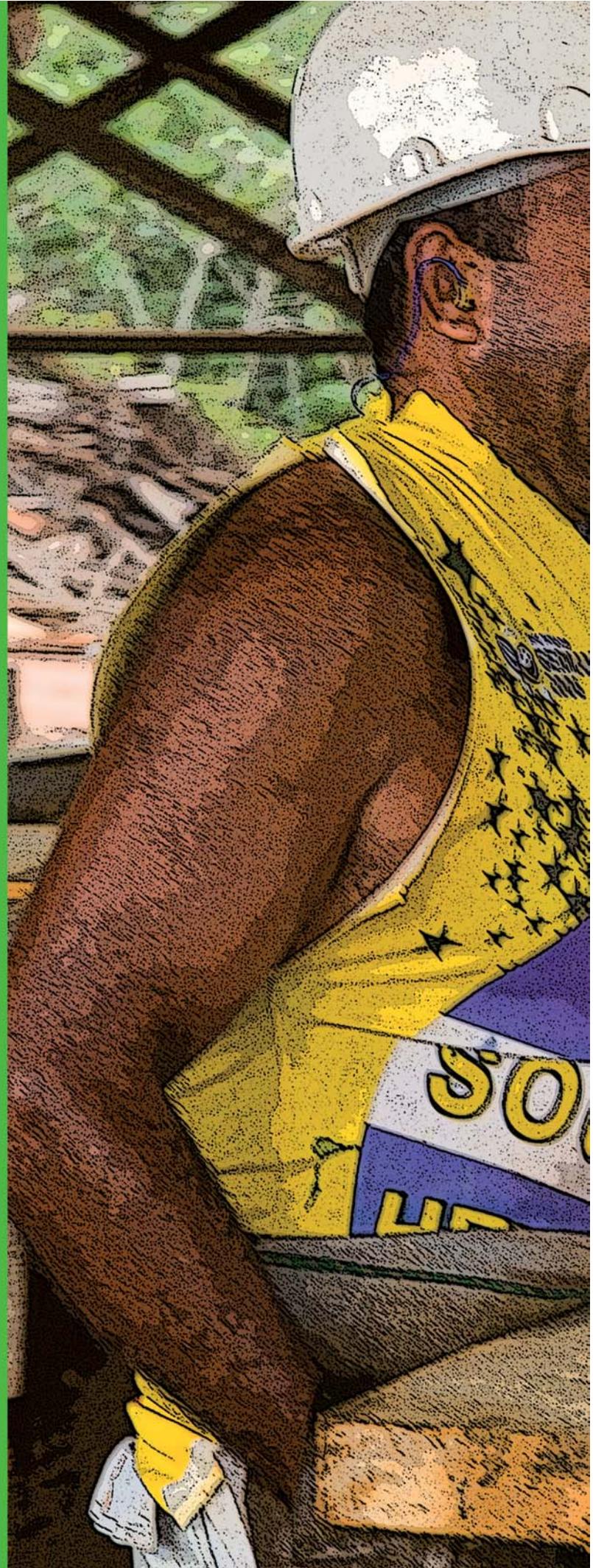
**FOTOGRAFIA**  
Sérgio Vignes  
Greenpeace  
Reporter Brasil  
CAPA - Sérgio Vignes

**PROJETO GRÁFICO**  
Maria José H. Coelho (Mtb 930Pr)

**DIAGRAMAÇÃO**  
Cristiane Cardoso (SC-634-JP)

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**  
PRIMEIROplano  
www.primeiroplano.org.br

Junho 2009 - Nº 15  
São Paulo - SP - Brasil  
10.000 exemplares  
Gráfica BANGRAF



UNTERSCHIEDE  
KENNEN.  
GLEICHHEIT  
FORDERN.

KEN DE  
VERSCHILLEN  
STEUN  
GELIJKHEID



CONHECER  
DIFERENÇAS  
PROMOVER  
IGUALDADE



**OBSERVATÓRIO  
SOCIAL**

EEN INITIATIEF VOOR DE GLOBALISERING VAN RECHTEN  
EINE INITIATIVE FÜR DIE GLOBALISIERUNG DER RECHTE  
UMA INICIATIVA PELA GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS

# Sumário

---

5

Editorial

6

QUEM SE BENEFICIA COM A  
DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

8

DEVASTAÇÃO S/A

24

ENTREVISTA: VALMIR ORTEGA

26

CONEXÃO SÃO PAULO-  
AMAZÔNIA

28

QUEM GANHA COM A  
DEVASTAÇÃO

34

SÃO PAULO, CONSUMIDOR VORAZ

38

PECUÁRIA É SETOR PROBLEMÁTICO

43

MAIS BOI QUE GENTE

44

SOJA AVANÇA SOBRE AMAZÔNIA LEGAL

50

POVOS INDÍGENAS AMEAÇADOS

52

FINANCIAMENTO: INVESTIMENTO DE  
RISCO

58

NOTAS

# EM REVISTA

**E**sta edição da revista do Observatório Social apresenta o resultado de uma profunda investigação sobre empresas que financiam a devastação da Amazônia. Mais de 15 mil quilômetros foram percorridos ao longo de nove meses de um trabalho extenuante e metódico, que contou com uma ampla rede de colaboradores e de organizações. As informações garimpadas permitiram fechar os elos de uma corrente perversa, que começa no interior da floresta e termina na casa de consumidores em todos os continentes.

Ao longo de seus 11 anos de existência, o Instituto Observatório Social realizou dezenas de pesquisas em empresas nacionais e multinacionais. Muitas delas contribuíram de forma decisiva para mudar o perfil de negócios que tinham em sua base a exploração de trabalhadores, com desrespeito aos direitos humanos e graves violações ambientais.

Foi assim quando mostrou, em 2004, como grandes empresas do setor siderúrgico lucravam com o trabalho escravo na Amazônia. A histórica reportagem desencadeou uma série de iniciativas que culminaram com o lançamento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Foi assim também em 2006, quando reportagem sobre trabalho infantil em Ouro Preto (MG) revelou como grandes multinacionais se beneficiavam da exploração do trabalho de crianças e adolescentes em jazidas de minério de talco. Após a publicação, as corporações envolvidas promoveram drásticas mudanças em sua metodologia de monitoramento de cadeias produtivas.

Outra reportagem, nesse mesmo ano, desvendou o uso de trabalho degradante no setor do vestuário, que empregava mão-de-obra de imigrantes bolivianos em jornadas de até 18 horas diárias. Passados quatro anos, para se desvencilhar do aumento da fiscalização em São Paulo, diversas empresas transferiram parte da produção para a China, onde as condições de trabalho são ainda piores. O problema merece atenção das organizações que se preocupam com os direitos humanos e com as práticas empresariais sustentáveis.

Com esta 15ª edição de sua revista, o Instituto Observatório Social espera contribuir para que o discurso da responsabilidade social se torne efetivamente uma prática cotidiana entre as empresas que têm a Amazônia como origem de suas matérias-primas.

# Quem se beneficia com a

André Campos,  
Carlos Juliano Barros,  
Dauro Veras,  
Leonardo Sakamoto,  
Marques Casara,  
Paola Bello e  
Sérgio Vignes.

**GRANDES EMPRESAS  
BRASILEIRAS E  
ESTRANGEIRAS  
ESTÃO NA PONTA DA  
CADEIA PRODUTIVA  
QUE FINANÇIA  
DEVASTAÇÃO DA  
FLORESTA  
AMAZÔNICA. NOVE  
MESES DE  
INVESTIGAÇÃO  
JORNALÍSTICA  
RESULTARAM NA  
APURAÇÃO DE  
PROVAS QUE  
MOSTRAM COMO  
FUNCIONAM AS  
REDES DE NEGÓCIOS  
IMPLICADAS EM  
CRIMES AMBIENTAIS E  
TRABALHISTAS.**

Madeireiras que operam ilegalmente, funcionários públicos corruptos e grupos empresariais ligados direta ou indiretamente a esquemas criminosos estão na base do processo de devastação da Floresta Amazônica. A madeira oriunda de empresas que desmatam vai parar na casa de consumidores de todos os continentes, da América do Norte à Ásia, da Europa à Oceania. Em dezenas de países, o que é retirado ilegalmente da floresta torna-se matéria prima na construção civil e em diversos ramos da indústria.

A derrubada clandestina, o beneficiamento e o comércio de uma árvore seguem conhecidas

rotas de ilegalidades e crimes ambientais, fiscais e trabalhistas. Diversas organizações da sociedade civil ligadas à proteção do meio ambiente e órgãos do governo admitem que boa parte da madeira originária da Amazônia é retirada de forma ilegal e sofre um processo de “esquentamento” até chegar ao consumidor final.

#### **MERCADO EXTERNO**

Esta reportagem, que demorou nove meses para ficar pronta, está dividida em duas partes. A primeira, intitulada Devastação S/A, desvenda o comércio internacional de madeira retirada ilegalmente da floresta.

A madeira passa por um esquema fraudulento que dá a ela uma aparência 100% legal. Isso é possível porque no meio do processo existe uma quadrilha dentro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, que opera em parceria com madeireiras e empresas de exportação. No final do caminho estão gigantes do setor de madeira e construção civil baseados nos Estados Unidos,

# destruição da Amazônia?

Europa, Ásia e Oceania. Todas as empresas aqui citadas aparecem em documentos que comprovam o problema.

As empresas no exterior, apesar de não participarem diretamente desse “esquentamento”, salvo as exceções citadas na reportagem, estão implicadas na devastação da floresta: ao comprarem a madeira de empresas envolvidas, estão financiando o círculo vicioso. Elas não têm mecanismos minimamente eficientes para monitorar suas cadeias produtivas.

## **MERCADO INTERNO**

A segunda parte, intitulada Conexão São Paulo - Amazônia,

mostra como funciona o comércio interno da devastação florestal. Essa apuração começou no primeiro semestre de 2008, graças à iniciativa do Fórum Amazônia Sustentável e do Movimento Nossa São Paulo. As duas organizações patrocinaram uma ampla pesquisa, realizada por jornalistas da ONG Repórter Brasil e da Papel Social Comunicação, para determinar exemplos de empresas com negócios em São Paulo que financiam a destruição da floresta.

Os resultados apareceram em outubro de 2008 no Seminário Conexões Sustentáveis, quando foram

lançados três pactos para tentar deter quem lucra com a destruição da floresta e de sua gente: soja, madeira e carne. Os pactos estão em vigor e dele fazem parte dezenas de corporações. Posteriormente, para a publicação desta reportagem, a apuração foi aprofundada e as empresas envolvidas, novamente procuradas.

Cabe ressaltar que todas as empresas aqui citadas tiveram suas ligações com a cadeia produtiva da devastação comprovadas por meio de documentos ou de entrevistas gravadas com funcionários, diretores e gerentes das próprias organizações.

# DEVASTAÇÃO

*Como operam as multinacionais e as empresas de exportação que enviam para Estados Unidos, Europa e Ásia a madeira retirada ilegalmente da Floresta Amazônica.*

*O comércio predatório envolve desde lojas francesas do segmento 'faça você mesmo' até fornecedor de produtos para shows televisivos americanos sobre reformas residenciais.*



Pátio de empresa fantasma localizada em Anapu (PA) : 100% de madeira

# S/A



ilegal, toda ela para exportação

Em 2007, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou quase R\$ 1 bilhão em multas contra o desmatamento ilegal na Amazônia. Em 2008, só no Pará foram aplicadas multas no valor de R\$ 600 milhões. Não é novidade que a madeira oriunda da Amazônia é, em sua maior parte, obtida de forma ilegal. As multas são um exemplo disso, já que uma ínfima parcela de madeira ilegal é apreendida.

Estimativas do Ibama, do Ministério Público, do Greenpeace e do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) apontam que apenas um terço da madeira extraída da floresta está de acordo com as leis. A maior parte sai de terras indígenas ou de reservas de forma ilegal. O processo está contaminado pela corrupção de funcionários públicos. No Pará, por onde sai a madeira exportada via porto de Belém, a corrupção funciona até mesmo dentro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

Duas autoridades confirmam a denúncia: o procurador regional da República do Pará, Daniel Avelino, e o superintendente do Ibama no estado, Aníbal Picanço. “Pessoas inescrupulosas, incluindo servidores da própria Sema, têm aprovado planos de manejo fora dos padrões normais”, diz Picanço. “Aprovam planos em áreas onde não existe mais vegetação ou onde há apenas espécies de madeira que não são comercializadas”.

Segundo o procurador da República, a fraude envolve desde a invasão do sistema da Sema por hackers até a corrupção de funcionários públicos para inserção de número maior de créditos ou para a aprovação de planos de manejo que fogem dos critérios mínimos de viabilidade: “Há uma forte inserção de créditos de madeira falsos dentro do sistema, das mais variadas formas possíveis”.

## Caça Fantasmas

Empresas de fachada são montadas com facilidade para “esquentar” madeiras de origem ilegal. Lojas de autopeças, oficinas mecânicas, residências e terrenos baldios são utilizados no esquema. Em apenas um mês, entre fevereiro e março de 2009, a operação Caça Fantasmas, realizada por Ibama, Sema e Ministério Público, bloqueou mais de 100 dessas empresas em Belém e na região metropolitana. As multas aplicadas na operação somavam, até o primeiro trimestre do ano, mais de R\$ 100 milhões, enquanto a movimentação feita por essas empresas em 2008 ultrapassava R\$ 250 milhões.

Atualmente o Pará é o segundo estado brasileiro que mais compra madeira de outros estados, atrás apenas de São Paulo. Acontece que a maior parte dessa madeira nunca é de fato transportada de um estado para outro. As operações ficam no papel. O que as empresas querem não é madeira, mas crédito de madeira, o papel que autoriza a comercialização.

“Elas compram o crédito de outros estados, mas a madeira não vem, até porque não há viabilidade econômica nenhuma para essa operação”, confirma o procurador da República. “Com esses créditos, consegue-se comercializar madeira de terra ilícita, como de terra indígena, de área de conservação, de planos de manejo não aprovados”. Conforme Avelino, o órgão ambiental é responsável por fazer a conferência de toda a madeira que chega ao estado e inserir os créditos no sistema, mas isso não acontece.

## A desculpa da reforma agrária

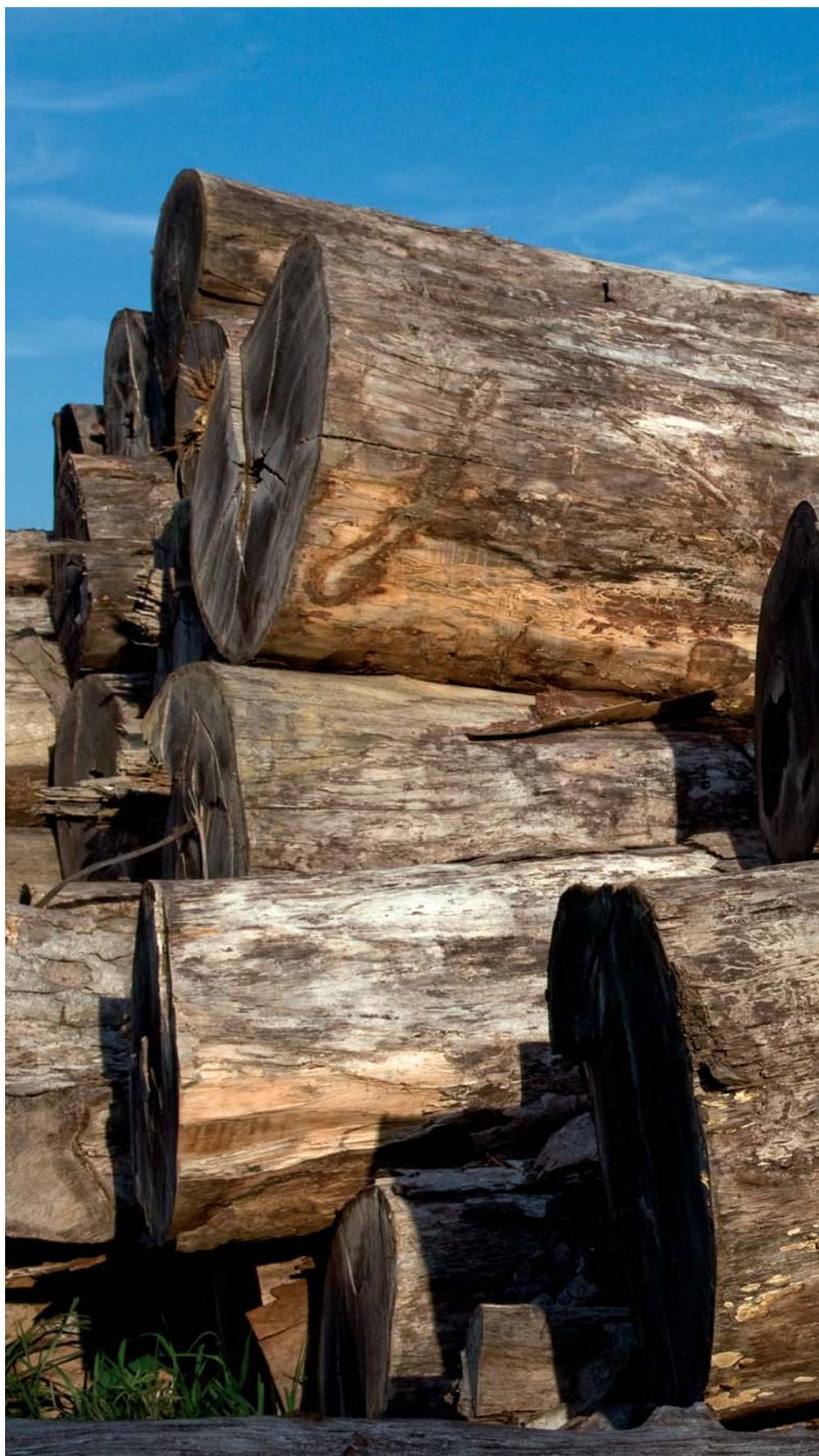
No final de 2008, até o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Inkra) entrou para o esquema. Denunciada pelo Jornal Nacional da Rede Globo no final de janeiro, uma fraude milionária de exploração irregular de madeira no Pará envolveu assentamentos, madeireiros da região e a Sema.

Segundo a denúncia, planos de manejo florestal que não existiam eram aprovados pela Sema. Além de os assentamentos não possuírem florestas, a madeira autorizada era retirada de outros lugares, distantes e por madeireiros. Ao todo, foi autorizada a retirada de 109 mil metros cúbicos de madeira nos assentamentos do Inkra. O volume representa cerca de 20 mil árvores, que renderiam mais de R\$ 30 milhões. Na época, o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, reconheceu a fraude e confirmou que várias empresas haviam movimentado mais de 10% do total autorizado pela Sema antes de o problema se tornar público.

Em 2007, o Greenpeace já havia denunciado o Inkra por facilitar a atuação das madeireiras em áreas de assentamentos rurais no Pará. Segundo documentos obtidos pela organização, o Inkra favorecia o estabelecimento de parcerias entre madeireiras e supostas associações de assentados. Em vez de criar assentamentos em áreas griladas ou já desmatadas, o órgão foi acusado de desrespeitar normas e acelerar a criação de dezenas de assentamentos em áreas ricas em recursos madeireiros.

A denúncia, que culminou no pedido, pelo Ministério Público do Pará, de cancelamento de 99 assentamentos criados no estado entre 2005 e 2006, incluía assentamentos-fantasma, renda da exploração da madeira às empresas e escolha, por parte das madeireiras, de áreas para criação dos assentamentos. Este último delito foi confirmado por depoimento de madeireiros à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Biopirataria em 2006. Segundo a denúncia, as áreas dos as-



**Madeira apreendida no pátio da Madeball. A empresa já foi lacrada pelo Ibama mas**



continua trabalhando com madeira ilegal.

sentamentos eram escolhidas de acordo com a disponibilidade de madeira de maior valor comercial.

## Aproveitando a brecha

Este esquema foi utilizado pela madeireira Madeball. Localizada em Anapu, município do Pará onde, em 2005, foi assassinada a missionária norte-americana Dorothy Stang, a empresa foi multada e teve madeira apreendida diversas vezes, inclusive por envolvimento com associações de assentados. Em 2006, a Madeball chegou a ser lacrada pelo Ibama por funcionar sem licença de operação e por armazenar, sem origem comprovada, centenas de metros cúbicos de jatobá, ipê, tatajuba, angelim, sucupira, cedro e muiracatiara. A empresa empregou recursos judiciais para reverter a situação e pouco tempo depois recomeçou a operar. Os processos ainda não foram julgados e, com a demora, dois deles já prescreveram.

A madeireira também consta na lista das ouvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Biorratária. Em 2006, a Comissão investigou os indícios da concessão, pelo Ibama, de Autorizações de Desmatamento (ADMs) irregulares em troca de apoio financeiro para campanhas políticas. Denominado “Plano Safra Legal 2004”, o esquema, organizado por Ibama, Inbra, madeireiros e organizações representativas dos trabalhadores rurais, teria possibilitado ADMs para lotes de assentamentos rurais onde não havia mais madeira, mas que eram usados para encobrir cortes ilegais em outras áreas.

Entre 2005 e 2008, o Ibama aplicou à Madeball nove autos de infração, dos quais sete ainda estão em julgamento. Incluem venda de madeira serrada sem autorização de transporte, comercialização e armazenamento de madeira sem licença e comprovação de origem. Considerando apenas a última autuação, em janeiro

de 2008, a empresa foi multada em quase R\$ 810 mil. Somadas, as infrações ainda não pagas contabilizam cerca de R\$ 1,5 milhão.

Silvino Gomes Barros, sócio da empresa, confirma todas as autuações. Embora afirme que, desde o ano passado, trabalha apenas com madeira legalizada, reforça que a compra de madeira de assentamentos e sem comprovante de origem é uma prática comum na região. “As vezes em que fui multado foram por ter madeira sem documento, madeira ilegal”, diz. “Isso não é certo, de maneira nenhuma, mas eu fiz porque aqui todo mundo trabalha assim, todo mundo compra madeira assim”.

A Madeball, assim como outras dezenas de madeireiras no Pará, continua operando, mesmo com pendências nos órgãos ambientais. Conforme o Ibama, o Ministério Público e a Sema, são poucas as situações em que a empresa é fechada definitivamente. Na maioria das vezes há a possibilidade de entrar com recursos até que o caso seja julgado. Nesses casos, o máximo que se pode fazer, segundo o Ibama, é a apreensão da madeira ilegal.

## Cortina de sustentabilidade

As madeireiras irregulares continuam operando porque há demanda de madeira no mercado. Elas não são as únicas que se beneficiam com a ineficácia da legislação. Em 2008, segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Pará exportou mais de 2 milhões de metros cúbicos de madeira serrada, volume traduzido em cerca de US\$ 685 milhões. Os principais destinos da madeira brasileira foram União Europeia, com 643 mil metros cúbicos de madeira serrada, Estados Unidos – 192 mil m<sup>3</sup> – e China, com quase 120 mil m<sup>3</sup>.

Na lista das maiores exportadoras



do Estado do Pará, a Vitória Régia Exportações é uma das grandes clientes da Madeball. Fundada em 2001, a empresa exportou no ano passado cerca de US\$ 9 milhões (R\$ 21,2 milhões pelo câmbio de 31 de dezembro de 2008) em madeira para 12 países, entre eles Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Portugal, Itália e Suécia.

A Vitória Régia baseia sua propaganda no conceito de sustentabilidade. É certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC), um dos mais importantes certificadores ambientais do mundo, que atua no Brasil como Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil). Fazem sucesso suas iniciativas como a criação do Ecoflooring, piso com três camadas de madeira. “Por conter madeira reciclada, este piso diminui em 200% o impacto ambiental, fazendo com que seu lar se destaque pela sua beleza, sem agredir a natureza”, diz o texto no site da empresa.

De acordo com a imprensa paraense, a Vitória Régia foi uma das primeiras a fechar contrato de parceria com o governo do estado e com entidades ambientais por meio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), do Ibama. A empresa e associações do Plano de Desenvolvimento Sustentável da região conseguiram autorização da Sema para explorar anualmente mil hectares florestais em áreas de assentamentos. Essa parceria visa a certificação pelo FSC das áreas exploradas e, conseqüentemente, a garantia da certificação da origem da madeira comercializada.

## Nas casas dos famosos

Iniciativas como estas garantem à Vitória Régia clientes como a americana Lumber Liquidators, de Tom Sullivan. Ele é criador do conceito de reformas-relâmpago e reaproveitamento de materiais, vistos em diver-

sos países em programas norte-americanos de televisão como Extreme Makeover, This Old House e Dream Home, exibidos em tevês a cabo de diversos países.

O site da Lumber Liquidators informa que seus pisos podem ser encontrados nas casas de Jacqueline Kennedy Onassis, Donald Trump, Angelina Jolie, Kim Bassinger e outras personalidades. Provavelmente esses clientes finais desconhecem que a Lumber Liquidators compra madeira brasileira serrada por empresas sistematicamente envolvidas em crimes ambientais.

Questionado sobre o rastreamento da cadeia produtiva, o vice-presidente de Tecnologia, Marketing e Comercial da Vitória Régia Exportadora, Sandro Bracchi, assume que há falhas. “Quase 70% da nossa madeira tem origem controlada por nós mesmos”, admite sem constrangimento. “Se eu tivesse um plano de manejo sustentável, eu poderia ter 100% de credibilidade, mas infelizmente, não



**Pátio da Rio Pardo Madeiras, empresa fantasma que vende para a Pampa Exportações**

é assim que acontece”, completa.

Bracchi afirma ser possível que seus fornecedores derrubem árvores em quantidades superiores às permitidas, mas tenta se eximir da culpa alegando a dificuldade de rastrear toda a madeira e exigir que eles cumpram as limitações do plano de manejo: "Precisaríamos ter uma estrutura de fiscalização tão grande quanto o órgão do governo". Quanto à compra de madeira da Madeball, sistematicamente multada pelo Ibama, Bracchi afirma que essa empresa é um fornecedor antigo com o qual há uma questão comercial pendente. Diz que sua empresa ficou quatro meses sem comprar dela, mas recentemente voltou a comprar e está acompanhando a situação.

## Sustentabilidade de fachada

Maior do que a Vitória Régia, no topo da lista de exportadores de ma-

deira paraense, a empresa Pampa Exportações (Pampex) somou US\$ 20,5 milhões em vendas para o mercado externo em 2008. Os principais compradores foram França e Estados Unidos. Outros 21 países compuseram a lista de clientes da empresa, entre eles Bélgica, Alemanha, Rússia, Japão e China.

Como tantas outras empresas paraenses, a Pampa tem os pisos como base da produção – os internos, preferência europeia, e os deques para os norte-americanos. Fundada há 22 anos, possui em sua carteira de clientes grandes referências no setor de pisos e laminados, como o grupo dinamarquês DLH Nordisk, o francês Brico Dépôt e as americanas Nova USA Wood Products e Thompson Mahogany.

A grande propaganda da Pampa, que emprega 550 funcionários diretos, encontra-se em divulgar ações de sustentabilidade. Tanto que um dos sócios, o geólogo Demorvan Tomedi,

faz parte do conselho de sustentabilidade do Banco Real. No sítio da instituição financeira na internet há elogios às ações da empresa: “...produz pisos e componentes de madeira e adota práticas sustentáveis, como a utilização de todo o resíduo da indústria para a geração de energia elétrica e reflorestamento em áreas altamente degradadas, com excelentes resultados em espécies exóticas e tropicais”.

A Pampa faz parte do grupo Compradores de Produtos Florestais Certificados, que reúne empresas “comprometidas em dar preferência ao consumo de produtos provenientes de florestas certificada”, diz o estatuto. Segundo Tomedi, a exportadora também está em processo de certificação da cadeia de custódia (rastreamento da madeira proveniente de uma floresta certificada até o produto final) pelo FSC Brasil. Uma empresa exemplar, não fossem os graves problemas em sua cadeia produtiva.

# Certificação questionada

Criado em 1993, o selo Forest Stewardship Council (FSC), ou Conselho de Manejo Florestal, é uma certificação reconhecida internacionalmente que busca o controle das práticas produtivas florestais por meio da valorização de produtos originados de manejo responsável de florestas. É o sistema de certificação florestal de maior credibilidade internacional e o único que consegue incorporar interesses de grupos sociais, ambientais e econômicos sob os mesmos princípios.



Com sede na Alemanha, o FSC possui hoje mais de 112 milhões de hectares e 12,7 mil cadeias produtivas certificadas em 81 países. Embora a rigidez nos processos de auditoria e o acompanhamento constante dos processos certificados tenham dado ao FSC credibilidade em todo o mundo, o uso do selo pelas empresas em campanhas de marketing tem se mostrado o calcanhar-de-aquiles da certificação. Não é raro ver empresas baseando campanhas institucionais inteiras no selo FSC, quando na verdade possuem certificadas apenas uma ou duas cadeias de seus produtos.

“O uso indiscriminado do selo pelas empresas é um problema que o sistema precisa encarar e de fato buscar mecanismos para solucionar”, afirma o presidente do conselho diretor do FSC Brasil, Rubens Gomes. “Há assembleias e várias moções na tentativa de se ter um controle maior dos processos, assim como vários segmentos estão fazendo o monitoramento para que isso não venha fragilizar o controle do sistema”.

Segundo Gomes, apesar de a propaganda ser permitida, o uso inadequado do selo em campanhas pode levar à suspensão temporária e até à retirada sumária da certificação. O mesmo vale para casos em que a empresa certificada admite problemas condenados pelo conselho em cadeias não certificadas.

“A mensagem passada pelo selo envolve a obediência à legislação do país, o combate ao trabalho escravo, o combate ao trabalho infantil, a não degradação das florestas”, explica. Ele conta que as operações avaliadas são extremamente rigorosas: “Quando surgem indícios de irregularidade, há mecanismos eficazes de monitoramento que podem identificá-la e, se necessário, punir a empresa”. O presidente do FSC Brasil garante que todas as empresas certificadas apontadas por esta reportagem serão investigadas



A Pampa é hoje uma das mais importantes clientes da Madeball, que inclusive já foi autuada algumas vezes por causa de carregamentos irregulares para a exportadora.

Outro fornecedor irregular é a Rio Pardo Indústria Comércio de Madeiras Ltda. Em visita ao pátio da madeireira em Anapu, foram encontrados diversos lotes que estavam destinados à Pampa. Segundo funcionários da Rio Pardo, há uma pessoa a serviço da Pampa Exportações que visita regularmente o pátio da madeireira.

O problema da Rio Pardo é que ela formalmente não existe. Em pesquisa junto aos órgãos que fiscalizam e regulam empresas no estado, foi localizado o nome da empresa apenas na Junta Comercial do Pará. No órgão, constam o nome, o endereço e a inscrição estadual, mas falta o mais importante: o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Segundo a Junta Comercial, embora a Rio Pardo esteja ativa em seu sistema, sem o CNPJ ela não é autorizada a comercializar, armazenar ou transportar produto algum, uma vez que todos os demais órgãos responsáveis pela expedição das autorizações necessitam desse cadastro.

Tomedi demorou quase um mês para se manifestar. Só o fez depois

que a reportagem entrou em contato com o Banco Real, onde é conselheiro da área de sustentabilidade. Ele negou qualquer relação com a Rio Pardo Madeiras. Foram então enviadas a ele, por e-mail, fotos do pátio da madeireira, com lotes de tábuas endereçadas à Pampa. Sua resposta por e-mail:

*A empresa Rio Pardo Madeiras não consta em nenhum registro nosso.*

*Não encontramos nenhum registro da existência da mesma junto aos órgãos públicos.*

*Entramos em contato com pessoas conhecidas na região de Anapu e ninguém ouviu falar nesta empresa.*

*A Pampa não tem e nunca teve funcionário ou representante morando em Anapu ou cidades próximas.*

*Esta foto nos surpreende e nos preocupa, pois desconhecemos totalmente a existência da mesma. Pode-se observar nesta foto que a madeira é de 2ª qualidade, totalmente fora do padrão de matéria-prima usada na Pampa.*

*Com toda certeza, o nome Pampa, usado nesta madeira, é indevido e deve ter sido usado para encobrir alguma pilantragem. Esta situação é extremamente grave e nos preocupa*

*muito.*

*Mais uma vez gostaria de enfatizar que a Pampa tem um perfil e um trabalho voltado para legalidade e sustentabilidade. Temos um trabalho forte junto aos nossos fornecedores para que toda a cadeia produtiva seja legal e sustentável.*

A foto enviada à Pampa foi tirada às 14h56min. do dia 3 de setembro de 2008 pelo repórter fotográfico Sérgio Vignes. Na ocasião, acompanhavam-no o gerente do Ibama em Altamira, Roberto José Scarpari, dois agentes do setor de fiscalização do órgão federal e o jornalista Marques Casara. Quem alertou o fotógrafo sobre a madeira destinada à Pampa foi o próprio gerente do Ibama, após interrogar os funcionários e inspecionar a carga e a documentação.

Por outro lado, a Pampa Exportações confirma ter entre seus fornecedores a empresa Madeball, alegando que, nos sistemas dos órgãos de fiscalização, não há nada contra a empresa. Informado sobre as multas e autuações recebidas pela Madeball nos últimos anos, Tomedi é enérgico em acusar os órgãos ambientais de omitirem informações essenciais às exportadoras. “Seria uma grande burrice aceitar uma madeira de origem





Madeira ilegal é preparada para o beneficiamento

ilegal sabendo disso”, diz. “O grande problema é que a gente nunca sabe, e acaba descobrindo só depois as falcatruas que o fornecedor faz”.

Questionado sobre a responsabilidade que exerce na cadeia produtiva, o proprietário da Pampa Exportações não se exime da culpa, mas acusa o Estado de negligência, por multar no final da cadeia produtiva e não prender os infratores na origem do problema. “É a mesma coisa que deixar o traficante livre e prender todos os usuários de drogas – isso é a solução?”, questiona.

## Illegalidade justificada

O dono da exportadora Lacex Timber, Luís Cláudio Andrade, reclama que dois órgãos ambientais omitem informações aos empresários: “Como pode uma empresa em processo de embargo estar apta no sistema? Como a empresa, enquanto espera pra ser julgada, não está bloqueada?”, pergunta. “Quando eu compro madeira de um fornecedor, peço o número da empresa na Sema e entro no Ceprof [Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará]. Se o Ibama e a Sema me dizem que a empresa está OK, é porque ela está apta a vender”, justifica. “Eu não tenho o poder de polícia e não vou ficar indo a todos os lugares onde eu compro madeira pra me certificar pessoalmente”.

Contrariando o discurso do seu dono, o site da empresa destaca, logo na abertura: “A Lacex Timber tem o maior cuidado na escolha de seus fornecedores, garantindo a completa legalidade da sua matéria-prima”. Embora não esteja entre as maiores empresas do estado, a Lacex Timber exportou, em 2008, 8,9 mil metros cúbicos de madeira beneficiada para 21 países, principalmente para Estados Unidos, França, Holanda e China. En-

tre os clientes de destaque estão as americanas Cecco Trading, certificada FSC, e Thompson Mahogany.

Assim como a Pampa, a Lacex Timber está na lista de clientes da Madeball. Questionado sobre a legalidade da madeira fornecida, Andrade diz saber das irregularidades da empresa, mas afirma que continuará comprando enquanto a madeireira estiver liberada nos sistemas de fiscalização. “A Madeball me fornece madeira”, diz. “Se você verificar, ela esta liberada no Sisflora [Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente] e no Ibama”.

“As empresas sempre vêm com a desculpa de que a documentação dos fornecedores está toda OK; que a madeira pode vir de um plano de manejo clandestino, mas que, na nota, está tudo OK. Quem investe comprando madeira algo em torno de R\$ 300 mil, R\$ 500 mil não tem condições de enviar alguém para conferir essa compra? Eu acho isso intolerável”, rebate o superintendente do Ibama no estado, Aníbal Picanço. “O monitoramento é obrigação do órgão ambiental, mas as empresas também têm que se guarnecer de alguma ga-

rantia de que a madeira não vai dar problema”.

A Sema admite que nem todas as informações estão à disposição dos empresários. “Ouvimos bastante a queixa de que as empresas não têm informações sobre os fornecedores”, diz o coordenador de fiscalização, Bruno Versiani. “Eles têm acesso parcial através do Sisflora, onde podem, por exemplo, saber quem é o fornecedor”. Versiani conta que em breve o órgão irá divulgar listas para as pessoas terem um link com o nome dos fornecedores irregulares, acessível na hora da compra da madeira.

Segundo a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), essa melhoria no sistema e a divulgação das empresas com problemas ambientais deveria ter sido resolvida ainda em 2008. Mudanças no sistema federal e no sistema estadual foram previstas no Pacto pela Madeira Legal e Sustentável, firmado em julho de 2008, entre o setor produtivo, o governo do Pará e o Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, até o fechamento desta reportagem, Ibama e Sema não haviam feito as mudanças previstas.

## Medidas internacionais

Enquanto a ponta inicial da cadeia produtiva da madeira sofre com corrupção e desrespeito às leis ambientais, a ponta final, dos consumidores internacionais, tenta amenizar o problema da aquisição de madeira ilegal.

Nos Estados Unidos, comprador de 25% da madeira extraída na Amazônia, está em vigor desde setembro de 2008 uma lei que proíbe a comercialização de madeira ilegal no país. Aprovada pelo Congresso americano em junho, a legislação inclui também produtos derivados, como móveis e papéis. De acordo com o texto da lei, passa a ser uma violação à lei federal americana a "importação, exportação, transporte, venda, recebimento, aquisição ou compra" de qualquer planta que tiver sido "retirada, possuída, transportada ou vendida" em violação às leis estrangeiras.

A União Europeia, maior compradora de madeira brasileira, anunciou em maio de 2003 o Plano de Ação para Cumprimento da Legislação, Governança e Comércio no Setor Florestal (FLEGT, na sigla em inglês). O plano inclui investimentos na melhoria da administração dos setores florestais dos países produtores,

Número de Auto / Série	Data	Tipo de auto	Valor	Processo	Descrição	Município	Nº ordem	Unidade IBAMA
1 20837 / 0212007	18/12/2007	Multa	639.400,00	02069 000003/2008	TER EM DEPOSITO MADEIRAS EM TORAS DAS ESPECIES AMARELO (820 599M), JATUBÁ (1.752,27M), ANGRICÓ (33.759M), JÉ (1.258,87M), ONGERSAS (46.840M), TATAJURA (14.589M), ANGELIM (143.840M), MACARANGUBA (68.327M) E FAVERIA (136.594M) NUM TOTAL DE 4.546.616M SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE.	ANAPU - PA		Gêrência Executiva do Ibama em Altamira - ALMIGREX
2 20838 / 0212007	18/12/2007	Multa	34.117,60	02069 000003/2008	TER NO PATIO DA EMPRESA MADEIRAS EM TORAS DAS ESPECIES BURACATIARA (30.488M), ANGELIM (55.059M) E B. D. 020M DE MADEIRA SERRADA DA ESPECIE JATUBÁ SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.	ANAPU - PA		Gêrência Executiva do Ibama em Altamira - ALMIGREX
3 241827 / 01042008	01/04/2008	Multa	161.815,42	02048 000544/2008	Animação ter em depósito 3809,077 m³ de madeira em toras das espécies amarelo, sbr, madeira jequitá, castor, macaranduba e tigris, sem licença prévia, sendo o armazenamento outorgado pela autoridade competente.	ANAPU - PA		Escritório Regional do Ibama em Altamira - ALMIGREX
4 341828 / 01042008	01/04/2008	Multa	5.447,80	02048 000570/2008	Vender 27,228 m³ de mad. serrada das espécies: angêrico, vermelho, curupá, tauari e cumaru, sem licença prévia para venda e posterior da origem autorizada pela autoridade competente.	ANAPU - PA		Escritório Regional do Ibama em Altamira - ALMIGREX
5 413163 / 15092008	15/09/2008	Multa	75.358,30	02047 000762/2008	TER EM DEPOSITO 756.583 M³ DE MADEIRA SENDO: 489.821 M³ DE MADEIRA EM TORAS E 65.762 M³ DE MAD. SERRADA DAS ESPECIES JATUBÁ, JÉ, TATAJURA, ANGELIM, AMARELO, FAVERIA E SCUPIRA, SEM COBERTURA DE ATFF.	ANAPU - PA		Gêrência Executiva do Ibama em Marabá - MARABOX
6 413164 / 15092008	15/09/2008	Multa	10.000,00	02047 000761/2008	FUNICIONAR INDUSTRIA DE MADEIRA SEM LICENÇA AMBIENTAL DO ÓRGÃO COMPETENTE.	ANAPU - PA		Escritório Regional do Ibama em Tucuruá - TUCURIGEX
7 486484 / 18112008	18/11/2008	Multa	2.479,00	02048 002296/2008	TRANSPORTAR 16.522 M³ DE MADEIRA EM TORAS, SEM ATFF.	ANAPU - PA		Escritório Regional do Ibama em Altamira - ALMIGREX
8 527211 / 04192008	04/19/2008	Multa	2.102,40	02048 001999/2008	VENDER 21.004 M³ DE MAD SERRADA DA ESPECIE JÉ 162 M³ DE B. 062005, SEM A AUTORIZAÇÃO PARA O TRANSPORTE DE PRODUTO FLORESTAL.	ALTAMIRA - PA		Gêrência Executiva do Ibama em Santarém - STMIGREX
9 527674 / 09192008	09/19/2008	Multa	7.800,00	02048 001649/2008	TRANSPORTAR 21.152 M³ DE MADEIRA EM TORAS DAS ESPECIES JATUBÁ (19.823 M³) E TORAS 18 M³, SEM COBERTURA DO DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (DOF), EM DOIS CAMPIÕES: FLORAS ANJETA E JATÉZ.	ANAPU - PA		Escritório Regional do Ibama em Altamira - ALMIGREX

le para página: 1  
Registros de 1 a 9  
Total de registros: 9  
Visualizar 50 registros por vez.

Lista das multas aplicadas a Madeball

incluindo a implantação de sistemas de rastreamento e licenças que garantam de fato a procedência legal da madeira importada pela Europa. A iniciativa europeia é de adesão voluntária, destinada aos países que queiram assumir compromisso político para solucionar o problema. O Brasil, mesmo tendo acordos comerciais com os europeus, não é parceiro do plano.

Em texto aprovado por seu Parlamento em setembro de 2008, a União Europeia manifesta preocupação pelo fato de os acordos voluntários não serem suficientes para garantir que os produtos comercializados no mercado comunitário tenham origem legal e sustentável. “A UE deve começar a estabelecer internamente normas juridicamente vinculativas, acompanhadas de instrumentos destinados a sancionar o respectivo descumprimento”, ressalta o documento. O objetivo é que os consumidores tenham a garantia de que compram madeira de origem legal e procedente de florestas

com gestão sustentável.

A maior preocupação atual das organizações ambientais, entretanto, é a China. Segundo o coordenador do programa de desmatamento na Amazônia do Greenpeace, Márcio Astrini, a China não possui leis ambientais rígidas e também não exige rastreamento da madeira importada. As exportações do Brasil para o gigante asiático aumentaram significativamente nos últimos anos. “A China é um dos países que mais compram madeira brasileira individualmente”, conta.

## Ilegalidade às claras

Na contramão das grandes exportadoras e da tendência mundial de fechar o cerco contra o desmatamento, ainda há quem pareça preferir a ilegalidade. Exemplo disso é o grupo francês Interwood. Até há dois anos, o grupo fazia parte do conglomerado Pinaul Printemps Redoute, que possui, entre outras,

as marcas Fnac, Redcats, Conforama, CFAO, Puma e Gucci. Atualmente, Interwood S.A. pertence às francesas DF Synergies (40%), SITI (40%) e Mr Gueit (19%).

Fundada em 1984, Interwood atua em todo o mundo no comércio de madeira e produtos derivados. O grupo é administrado pela empresa Sogena e pela DF Synergies SA. Com sede em Paris, possui capital social de mais de 10 milhões de euros (R\$ 28,1 milhões), e é dirigida pelas famílias Gueit e Duval-Fleury, duas das mais tradicionais famílias francesas.

A família Duval-Fleury, sozinha, gere alguns dos mais importantes grupos empresariais da França. Possui participação forte em setores como ferroviário, com a empresa De Dietrich & Cie, na importação de vinhos, com a Blue Coast Wine Import, no setor imobiliário, de construção e na aquisição de participações em pequenas e médias empresas, para financiar crescimento ou transmissão a outros grupos. Apenas através da Co-

**Guia Florestal para Transporte de Produtos Florestais Diversos - GF3**

Guia de Transporte: 40 Nota Fiscal: 1525

**Remetente**  
 Nome: **COMABIL IND. E COM. DE MADEIRAS BIANCARDE LTDA.** CNPJ/CPF nº: 34634626000171 Inscrição Estadual nº: 15-145884-7  
 CEP/PROF. PA: 1217  
 Tipo Log: **Ponte** Logradouro: **MARGEM ESQUERDA DO RIO JARAUCU, 50, VL. PONTAL, N.º 50** Complemento: **VL PONTAL** Bairro: **RURAL** Distrito: **Medicilândia** CEP: **68145-000** UF: **PA** Ponto de Referência: **Caixa Postal**

**Destinatário**  
 Nome: **INTERWOOD BRASIL LTDA.** CNPJ Nº: 04315179000127 Inscrição Estadual nº: 15-218230-6 CEP/PROF. PA: 58  
 Tipo Log: **Rua** Logradouro: **RUA DO CRUZEIRO N.1154 N.º 1154** Complemento: **QUADRA 04, SETOR B, LOTE 16** Bairro: **ICOARACI**  
 Distrito: **ICOARACI** Município: **Belém** CEP: **66810-010** UF: **PA** Ponto de Referência: **ANTIGO PRÉDIO DA UNIRIOS** Caixa Postal: **Caixa Postal**

**Produtos:**

Nº	Nome Científico	Nome Popular	Class.	Produto	Qtd.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
1	Tabebuia capitata (Bureau & K. Schum.) Sandwell	ipê	20	Madeira Serrada	40.4500	m3	1.600,00	64.720,00
2	Tabebuia ochracea (Cham.) Bursk	ipê	20	Madeira Serrada	21.9840	m3	1.500,00	35.174,40

Percurso do remetente ao destinatário: **RIO JAURUCU/RIO XINGUIRO AMAZONAS/RIO TAJAPURU/RIO MAGUARIATÉ AO GALPÃO DA EMPRESA, LOCALIZADA NA RUA DO CRUZEIRO, 1145, ANTIGA UNIRRIOS.** Tipo de Transporte: **Fluvial**  
 Exportação: Sim ( ) Não (X)  
 Fluvial: Número de embarcações: **1** Nome das embarcações: **Gonçalves V (Balsa)**  
 Nº do DAE do Pagamento de ICMS: **4676/2001** Nº do Regim: **08T de 08/10/2006** Valor Pago em R\$: \_\_\_\_\_  
 Nº do DAE do Pagamento da Taxa da GF: \_\_\_\_\_ Valor Pago em R\$: \_\_\_\_\_  
 Esta guia é válida em todo o território nacional

Data de Emissão: **12/11/2007 21:10:13**  
 Responsável pela emissão: **JOSE BIANCARDE**  
 CPF: **102.647.442-68**  
 GF prorrogada até o dia: **27/12/2007 21:10:13**

Data de Validade em PA: **12/12/2007 21:10:13**

Assinatura Responsável: \_\_\_\_\_  
 7048783005560245

000046300121700006421101000000

Documento comprova a ligação da Interwood com empresa ligada ao trabalho escravo



**Gerente do Ibama de Altamira (PA) inspeciona madeira apreendida**

gepa S.A., holding familiar de investimentos também controlada pela família Duval-Fleury, são geridos fundos de cerca de • 200 milhões (R\$ 563,7 milhões).

Segundo os arquivos da Sema, a Interwood Brasil, subsidiária do grupo, possui licença para funcionamento desde 2004. De acordo o Ministério Público do Pará, atualmente, a empresa responde judicialmente por crimes contra a flora, contra o meio ambiente e o patrimônio genético, falsificação de documento público e uso de documento falso. Mesmo assim, também está ativa no sistema da Sema, com Licença de Operação, para beneficiamento de madeira, válida até novembro de 2010.

Se analisada a cadeia de custódia da Interwood Brasil, a situação fica ainda mais grave. A exportadora possui, entre seus fornecedores, a empresa Comabil Indústria e Comér-

cio de Madeiras Biancarde Ltda. Seu proprietário, José Biancarde, responde judicialmente por crime ambiental, trabalho escravo, retirada de madeira em terra indígena, invasão de terras públicas e falsidade ideológica. O madeireiro foi denunciado à Justiça Federal de Altamira, Oeste do estado, também por crime contra a organização do trabalho.

Em abril de 2008, o Ibama encontrou fraude nas autorizações de transporte de produto florestal apresentadas pela Comabil. Em julho, a empresa foi autuada pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho por manter 15 trabalhadores em condição análoga à de escravos. Biancarde também foi acusado de agredir fisicamente seus trabalhadores e ameaçá-los e as suas famílias de morte. Se condenado e as penas por esses crimes forem somadas, Biancarde, fornecedor da Interwood,

pode pegar até 17 anos de prisão.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Exterior, em 2008 a Interwood Brasil exportou madeira para Estados Unidos, Martinica, China, França, Portugal, Noruega, Bélgica, Portugal e Grécia, entre outros países.

Procurada pela reportagem por quase um mês, a subsidiária brasileira do grupo limitou-se apenas a informar, por meio de uma auxiliar administrativa, que estava, na época (abril de 2009), impedida pelo Ibama de exportar. Carl Borg, responsável pela Interwood Brasil, não quis conceder entrevista. O grupo francês Interwood S.A. foi contatado, mas também não respondeu.

## **Direitos dos trabalhadores**

Segundo as confederações que representam os trabalhadores em seto-



**Madeira retirada ilegalmente é beneficiada no interior do Pará**

res econômicos atuantes na Amazônia, a exploração ilegal de madeira reflete, também, na exploração do trabalhador. Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac-CUT), Siderlei Silva de Oliveira, é necessário que confederações e sindicatos se organizem melhor e encabezem a luta por direitos, inclusive em regiões remotas.

O presidente da Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticon-CUT), Waldemar de Oliveira, afirma que a Conticom, desde a sua fundação, em 1992, discute a importância do manejo e da certificação florestal como

forma de combate ao desmatamento e à venda ilegal de madeira: “O governo está adotando medidas que havíamos encaminhado há muito tempo, como a utilização de madeira oriunda de manejo florestal na construção civil e no setor imobiliário”.

## Desdobramentos

Todas as empresas citadas nesta reportagem foram contatadas. Algumas trataram o assunto com descaso, outras ameaçaram com processos judiciais, outras demonstraram preocupação.

A empresa J.Gibson McIlvain, cliente da Interwood Brasil, declarou por e-mail que nunca compraria material ilegal, que faz grande esforço para

garantir a origem de sua madeira e que certamente irá analisar o caso.

Em nota enviada por e-mail, o presidente da Great Atlantic International, Richard McIntosh, defendeu que sua fornecedora Lacex Timber nunca esteve envolvida com retirada ilegal de madeira, nunca foi flagrada com posse de documentos ilegais para exportação de produtos e que a empresa nunca foi proibida de exportar qualquer produto de madeira de origem brasileira.

Também em nota, o Banco Real limitou-se a dizer que “não tem elementos para se manifestar sobre os fatos imputados ao Sr. Demorvan Tomedi”.

As empresas BRBR e Robinson Lumber preferiram comentar o assunto apenas depois de terem acesso à reportagem publicada.

## Madeireiras driblam a fiscalização e vendem "legalmente" madeira extraída de áreas de conservação, territórios indígenas e áreas com falsos planos de manejo. Confira a rota que transforma madeira irregular em móveis, pisos e utensílios de alto padrão dentro e fora do Brasil



### EMPRESAS-FANTASMA

As empresas que retiram madeira devem possuir um plano de manejo. A partir de análises feitas pelo poder público, elas ganham "créditos" indicando quanto podem retirar em determinado tempo. Empresas-fantasma são abertas com endereços falsos e recebem autorização para retirar e vender madeira. Nos dois primeiros meses de 2009, o Ibama identificou 50 madeireiras assim.

### CRÉDITOS FORJADOS

A corrupção de funcionários de órgãos de fiscalização permite que os dados sobre as áreas de exploração sejam alterados. Surgem declarações sobre madeiras que não existem, espécies são substituídas e o volume da floresta real é aumentado. Aparecem créditos virtuais, que autorizam legalmente às empresas a derrubar um número superior que o permitido.



### DERRUBADAS EM ÁREAS PROIBIDAS

A madeira é retirada de lugares diferentes dos declarados, principalmente de áreas de preservação permanente, áreas embargadas e reservas indígenas. Caso não aconteça o flagrante no momento e no local do corte, as empresas declaram que retiraram madeira dos locais onde possuem créditos.



### VENDA ILEGAL DE CRÉDITOS

Uma empresa compra um carregamento de madeira de outra, mas a única mercadoria entregue é o documento, onde estão definidos os valores, a quantidade e as espécies em trânsito. Caminhões carregados de madeira de outra origem transitam com um papel que garante a aparente legalidade da operação. Para o Ibama, 60% da madeira no Pará é "esquentada" assim.



### COMÉRCIO EXTERIOR

De toda a madeira retirada e processada no Pará, estima-se que apenas 10% permaneçam no Brasil. Estados Unidos e União Européia são os grandes compradores da madeira amazônica e a China vem ganhando destaque.



# O mercado consumidor

## DLH Nordisk

Filial americana do grupo dinamarquês de transporte marítimo e madeira Dalhoff, Larsen e Horneman (DLH), fundado em 1908. Em janeiro de 2000, o grupo adquiriu a EAC Timber e formou uma das maiores companhias mundiais de comercialização independente de madeira. As fontes de matéria-prima do grupo estão na América do Sul, na África, na Europa Ocidental e no Leste Asiático. O grupo DLH também possui filiais na Bélgica (Indufor), França (Induboiss Nordisk e Bois), Holanda (Indufor) e Reino Unido (DLH Timber). A característica principal do grupo é a compra de madeira de exportadores, ao invés da realização da exportação em si. Segundo o Greenpeace, o principal mercado para a madeira comprada pelo grupo DLH na Amazônia é composto por França, Dinamarca, Portugal, Espanha, Holanda, Tailândia, Filipinas, China e Estados Unidos. O grupo já foi denunciado pelo Greenpeace e pela ONG Forests Monitor por comercialização de madeira ilegal.

## Lumber Liquidators

A norte-americana Lumber Liquidators tem dez anos de existência e está hoje entre as maiores empresas de venda direta de madeira ao consumidor final. Com 140 lojas e mais de 500 empregados, vale atualmente mais de US\$ 250 milhões (R\$ 523,9 milhões). O proprietário, Tom Sullivan, teve faturamento líquido em 2007 de US\$ 11 milhões e, em 2008, de cerca de US\$ 20 milhões. O nome da empresa é visto nacionalmente no programa Dream Home, do canal Home and Garden Television, e semanalmente nos programas Extreme Makeover: Home Edition e This Old House.

## Brico Dépôt

A marca Brico Dépôt é uma das mais presentes nas lojas francesas de um segmento de mercado batizado de "Faça você mesmo". Ao lado da empresa Castorama, também do mesmo segmento, está entre as mais importantes do grupo inglês Kingfisher, que também possui as marcas B&Q, Screwfix, Koçtas, e detém 20% das ações da alemã Hornbach. A empresa atua na França, Espanha e Polônia. O grupo Kingfisher atua em oito países e é líder de mercado no Reino Unido, Polônia, Itália, Turquia e China. Tem mais de 800 lojas, 70 mil funcionários e seis milhões de consumidores por semana. Kingfisher fechou o ano de 2008 com vendas superiores a US\$ 13,5 bilhões (R\$ 28,3 bilhões).

## Nova USA Wood Products

A norte-americana Nova USA Wood Products é especializada em importação direta de madeira brasileira. Com cadeia de custódia certificada pelo FSC, faz parte da National Wood Flooring Association (Associação Nacional de Pisos de Madeira), da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtos de Madeira) e da North American Wholesale Lumber Association (Associação Norte Americana de Vendedores de Madeira Serrada por Atacado). Compra madeira amazônica diretamente nos estados de Rondônia, Amazonas e Pará. A empresa também possui uma filial em Curitiba (PR), que negocia produtos no Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru.

## Thompson Mahogany Company

Fundada em 1843, a norte-americana Thompson Mahogany Company concentra a compra de madeira em países da América do Sul, América Central, África e Austrália. A empresa é membro da National Hardwood Lumber Association (Associação Nacional de Madeira de Lei Serrada) e da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtos de Madeira). Recentemente teve a cadeia de custódia certificada pelo programa SmartWood, reconhecido pelo FSC pela certificação de florestas e de produtos manufaturados.

## Redwood Empire

O grupo Redwood Empire engloba a também norte-americana Pacific States Industries. Juntas, as empresas distribuem madeira para todas as regiões dos Estados Unidos. Suas vendas anuais somam, em média, mais de US\$ 100 milhões (R\$ 209,6 milhões). Atualmente as empresas possuem cerca de 280 mil quilômetros quadrados de madeira plantada nas regiões central e norte do estado da Califórnia.

## Cecco Trading

A Cecco Trading, divisão do grupo Timber Holdings, está entre as maiores compradoras de ipê brasileiro. A empresa possui certificação FSC e investe na divulgação de ações de sustentabilidade, como aquisição de madeira certificada e apoio a programas de baixo impacto ambiental.

**Confira, a seguir, o perfil de algumas das maiores compradoras de madeira brasileira vendida pelas empresas Pampa Exportações, Vitória Régia, Lacex Timber e Interwood Brasil, beneficiadas por desmatamento ilegal. Algumas compram de mais de uma destas exportadoras.**

## Bois Aise of Montreal

Fundada em 1986, em Montreal, no Canadá, também atua nos Estados Unidos e possui escritório na China. Seus principais fornecedores são Brasil e China, enquanto o mercado consumidor é predominantemente norte-americano.

## Great Atlantic International

Com vendas anuais estimadas em US\$ 100 milhões (R\$ 209,6 milhões), a norte-americana Great Atlantic International, fundada em 1998, está entre as líderes na manufatura de madeira. A empresa foi denunciada por alimentar o mercado de exploração ilegal de madeira na Nicarágua, no estudo Economic and Environmental Impact of the Forest Emergency (Impacto econômico e ambiental da floresta em estado de emergência), publicado pelo Center of International Policy (Centro de Política Internacional). Até o fechamento desta reportagem, a empresa também constava na lista de devedores de imposto de renda no estado de Massachusetts.

## Robinson Lumber Company

Fundada em 1893 no estado norte-americano de Mississippi, a Robinson Lumber Company possui escritórios nos Estados Unidos, Bélgica, Honduras e três no Brasil – em Belém, Breves (PA) e Curitiba. Atualmente vende madeira para mais de 70 países. A empresa é membro da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtos de Madeira) e apoiadora do International Tropical Timber Organization (Organização Internacional de Madeira Tropical). Presente no Brasil desde 1960, possui 4,3 mil hectares de florestas na Ilha de Marajó (PA).

## Moxon Timbers

A australiana Moxon Timbers foi fundada em 1903. Atua nos Estados Unidos, Ásia, América Latina e Nova Zelândia. Com cadeia de custódia certificada pelo FSC, a empresa possui, ainda, escritórios na França e na China.

## Advantage Trim & Lumber Co

Fundada em 1992, tem como lema madeira de melhor qualidade a menor preço possível. Para isso, a companhia norte-americana importa apenas de países em desenvolvimento.

## J. Gibson Mcllvain Company

Empresa norte-americana certificada com o selo FSC e membro da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtores de Madeira). Tem vendas anuais entre US\$ 25 e 50 milhões (R\$ 52,4 a R\$ 104,8 milhões) e investe forte na propaganda da sustentabilidade.

## Aljoma Lumber Inc.

Desde 1976 a Aljoma Lumber trabalha com importação e exportação de madeira nos Estados Unidos. Seus principais clientes são lojas de construção, distribuidores e fabricantes de móveis e utensílios de madeira. A empresa distribui madeira por todos os Estados Unidos e Canadá e exporta para o Caribe e a América Central, embarcando de portos nos Estados Unidos, na América do Sul e na China.

## Brazilian Wood Depot

Empresa norte-americana que há mais de três décadas importa madeira brasileira e a distribui nos Estados Unidos. O fundador e presidente, Eric Groover, denomina-se, no site da própria empresa, como “um responsável capataz das florestas ao redor do mundo”.

## Appalachian Flooring

Empresa canadense fundada em 2001 que comercializa madeira nos Estados Unidos e no Canadá. Membro da World Floor Covering Association (Associação Mundial de Pisos e Revestimentos) e da National Wood Flooring Association (Associação Nacional de Pisos de Madeira), possui produção anual de US\$ 20 milhões (R\$ 41,9 milhões) em pisos.

## BRBR

A BRBR é a principal representante da exportadora Vitória Régia no Reino Unido. Por isso, toda a propaganda da empresa é baseada nas ações da exportadora brasileira, como o conceito de ecoflooding e o foco em sustentabilidade.

## TW Wood Products

Fundada no estado americano no Texas, em 2005, a TW Wood Products tem a África e a América do Sul como principais fornecedores de matéria-prima para pisos e produtos manufaturados.

*Em entrevista a Observatório Social Em Revista, o então secretário do Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, fala sobre a corrupção existente no negócio da madeira, as fraudes e o que está sendo feito para combater esses problemas. Duas semanas após conceder esta entrevista Ortega pediu demissão do órgão, que enfrenta sérios problemas de corrupção.*



**Como a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) tem reagido ao “esquentamento” de madeira ilegal e às fraudes?**

**Valmir Ortega** - A mudança do antigo sistema de autorização para transporte, em papel, para o atual sistema virtual tem como objetivo criar um mecanismo mais ágil no combate à fraude. Mas nenhum sistema é imune. O que temos hoje é uma capacidade maior de identificar essas fraudes, com velocidade relativamente maior do que era no passado e, portanto, de reagir a ela. Nos últimos meses temos feito um esforço grande para a revisão do cadastro dos produtores no sistema. Também temos realizado um conjunto de operações em campo para verificar se empresas cadastradas, que estão movimentando crédito de madeira, de fato existem, se a existência é compatível com o porte, se o porte é compatível com o volume de movimentação feita no sistema. Apenas nos últimos dois meses, quase 1.500 empresas foram ou bloqueadas ou notificadas.

**Essas medidas são suficientes para combater a**

---

## “Ação integrada é fundamental contra fraudes”

### ***venda de madeira ilegal, estimada em 70% de toda a exploração da madeira amazônica?***

**Valmir** - Parece-me um pouco exagerado afirmar que 70% da madeira da Amazônia é comercializada ilegalmente. De fato, parte da madeira que sai do estado do Pará passa por esse processo de “esquentamento”, e isso a gente está verificando. A madeira que vai para exportação, em geral, passa por um sistema de controle. São poucas as empresas exportadoras, o volume é menor e elas estão submetidas a um monitoramento mais rígido. De qualquer forma, é possível que isso aconteça.

A Sema também está mudando os índices de conversão da madeira, que levam em consideração a capacidade da empresa e a tecnologia que detém. Por que isso é necessário?

Estamos adotando índices mais rígidos em termos de conversão de madeira serrada, de tora para madeira serrada e de madeira serrada para outros tipos de madeira. Com essa mudança, será possível calibrar a capacidade tecnológica de cada empresa.

Antes nós tínhamos um patamar muito alto, que considerava um padrão de operação ótimo, o que não é a realidade de grande parte das empresas no estado do Pará. Agora estamos dando um piso de patamar tecnológico, um índice de conversão mais baixo, e eventualmente uma ou outra empresa que tenha patamar tecnológico superior será avaliada individualmente. Essa é uma regra importante para evitar a inserção irregular de créditos no sistema.

### ***Como o Sr. vê o fato de o Pará ser o segundo estado brasileiro que mais compra madeira? É uma prova concreta do tamanho do mercado de créditos?***

**Valmir** - Nós temos hoje um grande volume de créditos vindos de outros estados, como Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Maranhão. É fundamental que tenhamos mecanismos de verificação e de certificação desses créditos. Hoje, considerando o volume de material que vem de créditos, é difícil se fazer uma filtragem mais rigorosa. Portanto, uma ação integrada com o Ibama e com outros estados é fundamental

para a verificação da origem. Em caso de fraude ou de aparência de fraude, precisamos acionar rapidamente o Ibama ou o órgão ambiental do estado. As eventuais irregularidades nos índices, a questão de empresas fantasmas que geram créditos fraudulentos e a questão de créditos interestaduais são as três principais janelas que precisamos fechar, e várias medidas foram adotadas nesse sentido nos últimos meses.

### ***Quais os mecanismos que já estão disponíveis para essa articulação?***

**Valmir** - Nós criamos um novo mecanismo de acesso exclusivo para os órgãos externos. Agora, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ibama, Serviço Florestal Brasileiro e outros têm um sistema de acesso independente ao nosso sistema, com gerenciamento de ações que não é controlado pela Sema. Portanto, ele permite ao Ministério Público ter autonomia para fazer qualquer consulta, conseguir os dados em tempo real para que possa instruir as ações e procedimentos. Isso deve ampliar a transparência e diminuir a possibilidade de fraude nos próximos anos.



# Conexão São Paulo - Amazônia

**A capital paulista é o principal mercado consumidor de produtos oriundos da Amazônia. Contudo, uma parte dos negócios não segue práticas ambientalmente sustentadas e se beneficia do desmatamento e do trabalho escravo. À frente do problema estão grandes empresas dos setores de construção civil, madeira, carne, grãos e utilidades domésticas. Um grande fluxo de negócios liga São Paulo à Amazônia brasileira. Do Sul seguem investimentos e mercadorias. Do Norte vêm matérias-primas, energia e outros produtos essenciais à sobrevivência da região mais rica do país. O atual modelo de exploração de um dos mais ricos ecossistemas do mundo ameaça seriamente a sua própria sobrevivência.**

A floresta e seus povos têm sofrido com impactos perversos ao longo das últimas décadas. A exploração não sustentável aumenta o lucro de empresas nacionais e estrangeiras e alimenta o consumo desenfreado nas grandes metrópoles brasileiras. Não há como divorciar a destruição desse rico bioma da dinâmica de funcionamento dessas cidades.

Em decorrência da extensa área da Amazônia Legal, que representa mais da metade do território brasileiro, e das dificuldades de transporte na região, esta reportagem optou por investigar a bacia do rio Xingu e adjacências, distribuídas entre os Estados do Mato Grosso e do Pará. Essa área é uma amostra bastante representativa das mazelas que a região Amazônica enfrenta.

Na identificação dos fluxos comerciais e das cadeias produtivas que se beneficiam com a devastação ambiental da Amazônia, a reportagem concentrou-se nas conexões com a cidade de São Paulo, a principal compradora de produtos amazônicos. Contudo, a lógica dos negócios ligados ao desmatamento é igual para todas as grandes cidades brasileiras.

Durante meses foram

percorridos milhares de quilômetros pela Amazônia. Através de um longo trabalho de apuração de conexões comerciais, identificamos casos de empresas que mantiveram negócios com proprietários e investidores rurais flagrados pelo poder público cometendo crimes ambientais ou explorando trabalho escravo. Essa cadeia de responsabilidades atinge grandes empresas com forte atuação na capital paulista.

A reportagem optou por direcionar seu foco para setores estratégicos no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia e à sua relação com a cidade de São Paulo: pecuária bovina, extrativismo vegetal, plantio de soja e outros grãos, além do financiamento público.

Todas as empresas aqui citadas foram procuradas pela reportagem duas vezes. A primeira, em setembro e outubro de 2008, quando as informações coletadas subsidiaram o seminário “Conexões Sustentáveis São Paulo Amazônia”, organizado pelo Fórum Amazônia Sustentável e pelo Movimento Nossa São Paulo. A segunda vez foi entre os meses de fevereiro e abril de 2009. Nas páginas seguintes o leitor terá acesso às explicações apresentadas pelas empresas.

O impacto do extrativismo sobre a floresta é brutal, apesar de nem sempre tão visível quanto o desmatamento associado ao setor agropecuário. Somente no Pará, o Ibama divulga ter apreendido 115,7 mil metros cúbicos de madeira no ano passado. Mas as apreensões de órgãos ambientais são apenas a ponta do iceberg. Paralelamente ou infiltrado no comércio “oficial”, o volume de madeira irregular que abastece o mercado é enorme.

Também têm sido cruéis os conflitos com comunidades tradicionais e indígenas quando serrarias clandestinas saqueiam unidades de conservação e territórios das populações locais. Por meio do “esquentamento” – técnicas para que a árvore derubada de forma ilícita chegue legalizada às grandes empresas – a devastação conecta-se com grandes nomes da indústria madeireira e da construção civil.

A siderurgia é outra atividade responsável por mazelas ambientais e trabalhistas na Amazônia. Em ter-

# Quem ganha

**Fornecedores de matérias-primas de grandes empresas se beneficiam com o desmatamento ilegal, a exploração do trabalho escravo e outras violações de direitos na Amazônia Legal.**

ras brasileiras, grande parte do carvão vegetal utilizado para fabricar ferro e aço provém de matas nativas localizadas no Arco do Desmatamento. Através do setor siderúrgico, a devastação chega à cadeia produtiva de indústrias como a automobilística e de equipamentos, entre tantas outras.

Não bastassem os vastos recursos florestais, as áreas amazônicas também resguardam algumas das maiores reservas

minerais do planeta. Mais uma vez, a riqueza natural é fonte de exploração ilícita. Garimpos operando à margem da lei integram a lista de relações insustentáveis mantidas por companhias nacionais e multinacionais com a maior floresta do mundo.

Veja o exemplo de cinco grandes empresas que se beneficiaram com o extrativismo predatório na Amazônia: Tramontina, Indusparquet, Sincol, Metalsider e Mahle.



# com a devastação

## Tramontina

### Perfil

A Tramontina nasceu de uma modesta serraria criada em 1911, no Rio Grande do Sul. Atualmente fabrica 16 mil itens de utilidades domésticas fornecidos às principais redes de varejo do Brasil. Também exporta para diversos países, da América Latina aos Emirados Árabes, e suas vendas no mercado internacional giram em torno de US\$ 150 milhões. Em 2007, o faturamento total da companhia alcançou R\$ 2 bilhões. A empresa possui dez fábricas no Brasil e centros de distribuição em outros cinco países, empregando ao todo cinco mil funcionários. Até recentemente, vendia madeira com selo do Forest Stewardship Council (FSC), conceituada entidade certificadora internacional.

### O problema

O selo da Tramontina foi cassado no começo de 2009. O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), que representa o FSC no Brasil, identificou que a empresa usava o selo de forma indiscriminada, tanto em madeira certificada quanto não certificada. Mas esse não é o único e nem o mais grave problema da Tramontina. Duas de suas fornecedoras estão diretamente envolvidas em diversos problemas ambientais. A primeira delas, AgroIndustrial HP, foi autuada pelo recebimento, armazenamento e transporte de madeira sem autorização. A HP vendeu produtos sem licença regularizada e extraiu árvores de áreas de preservação permanente.

A AgroIndustrial HP pertence a Hildefonso de Abreu Araújo, prefeito reeleito do município de Abel Figueiredo (PA), que em outubro de 2006 foi flagrado cometendo graves violações aos direitos humanos. Em sua fazenda Jesus de Nazaré, localizada em Rondon do Pará (PA), os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego encontraram em situação degradante 21 funcionários que eram coagidos ao serviço por conta de “dívidas” de até R\$ 800,00 que teriam com o gerente da propriedade. O salário combinado não era suficiente para quitar as despesas contraídas na cantina da fazenda, o que os obrigava a continuar na lida.

Outra empresa que negocia com a Tramontina é a Acosta

e Figueiredo Ltda. Nos últimos quatro anos, ela recebeu nove multas ambientais por diversos crimes, tais como exploração de madeira acima do volume permitido e venda de material em desacordo com a guia de transporte. Somadas, as multas aplicadas nos últimos anos à AgroIndustrial HP e à Acosta Figueiredo totalizam quase R\$ 1,5 milhão.

### O que diz a empresa

Na primeira vez que a empresa foi procurada pela reportagem, em outubro de 2008, afirmou, por meio de sua assessoria de comunicação, que tanto a AgroIndustrial HP como a Acosta e Figueiredo Ltda. cumprem integralmente as exigências feitas para o manejo da madeira, ao apresentarem a Autorização de Exploração de Produtos Florestais (Autef), fornecida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará – documento que habilita o fornecedor a vender o produto.

A Tramontina alegou que, antes de adquirir a madeira, tem acesso às informações fornecidas pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, por meio de um site que identifica as empresas com problemas ambientais. Porém, cabe lembrar que tanto a AgroIndustrial HP quanto a Acosta Figueiredo Ltda. foram autuadas em diversas oportunidades, informações disponíveis no próprio sítio do Ibama na internet.

Em março de 2009, novamente procurada, a Tramontina informou o seguinte, por intermédio da assessoria de comunicação: “Desabilitamos a AgroIndustrial HP e diminuímos em 80% a Acosta”. A empresa sustenta que só compra madeira acompanhada de nota fiscal em conjunto com a guia de transportes florestais. “Além disso, solicitamos cópias dos documentos dos projetos e nos certificamos que a madeira fornecida pela Acosta tem origem em projeto de manejo”.

A Tramontina não é signatária do Pacto Empresarial da Madeira, lançado durante o seminário Conexões Sustentáveis São Paulo - Amazônia, em outubro de 2008. “Ainda não conhecemos os termos do pacto, mas acreditamos que não teríamos dificuldades de aderir ao mesmo”, diz a nota da assessoria de imprensa. A empresa afirma ter aderido ao Pacto pela Madeira Legal e Sustentável, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, do governo estadual do Pará e da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira.

# Indusparquet

## Perfil

A empresa fabrica pisos de madeira. Sua unidade industrial está instalada no município de Tietê (SP) e seus produtos atendem tanto o mercado interno quanto o externo. Atualmente, segundo a empresa, 23 países recebem os pisos da IndusParquet. Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Espanha e países da América Latina são os principais mercados.

## O problema

O problema da Indusparquet é que ela compra matéria-prima de produtores com passivo ambiental na Amazônia. Entre seus fornecedores figuram ao menos quatro serrarias objeto de embargos lavrados pelo Ibama. A L.C. Freitas Escobar já foi autuada por manter em depósito 3,5 mil metros cúbicos de madeira sem licença ambiental válida. Também recebeu multa por vender 5,5 mil metros cúbicos de madeira irregular. A Madeirinha Madeiras já foi flagrada pelos mesmos delitos. Também sofreu autuações por transportar madeira sem guia florestal e por fazer funcionar sua serraria sem autorização ambiental. A Madereira 3R tem multas lavradas pelo Ibama por transportar produtos florestais sem documentação.

Importante consumidora de madeiras amazônicas como a cu-

maru e a sucupira, a IndusParquet possui ainda áreas próprias de reflorestamento de eucalipto e assoalhos feitos desse material que contam com a chancela do Imaflo. Em São Paulo, tem lojas nos shoppings D&D e Lar Center. Seus produtos estão presentes na Casa Santa Marta (Vaticano), em lojas da Louis Vuitton na América Latina e Europa, no Palácio Presidencial da Romênia e no Empório Armani, na capital paulista.

## O que diz a empresa

Quando foi ouvida pela primeira vez, em outubro de 2008, por meio da assessoria de comunicação a Indusparquet disse possuir meios para garantir que os produtos adquiridos de áreas amazônicas não advêm de práticas ilegais. Informou que os procedimentos adotados incluem consultas às Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, ao Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais de Mercadorias e Serviços (Sintegra) e à Receita Federal. A empresa ressaltou que integra o grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados, por meio do qual assume publicamente o compromisso de dar sempre preferência ao produto com a origem monitorada.

Quando foi procurada pela segunda vez, no começo de 2009, a Indusparquet preferiu não se manifestar.

# Metalsider

## Perfil

Localizada em Betim, pólo automobilístico de Minas Gerais, a Metalsider tem capacidade para produzir até 360 mil toneladas por ano de ferro-gusa, principal matéria-prima do aço. A empresa fornece para a indústria automotiva e também exporta para Estados Unidos e países da Ásia.

## O problema

A Metalsider manteve relações comerciais com a A.S. Carvão e Logística enquanto esta figurava na lista suja do trabalho escravo por submeter nove funcionários a condições subumanas na fazenda Santa Terezinha, em Nova Ubiratã (MT). A produção de carvão vegetal é uma atividade insalubre e perigosa, por conta das altíssimas temperaturas dos fornos que queimam os pedaços de madeira. Porém, os trabalhadores da A.S. Carvão e Logística não tinham equipamentos básicos de proteção individual, como botas e luvas. As instalações proporcionadas pelos empregadores eram precárias. De acordo com os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, os funcionários da empresa dormiam em locais sem condições de alojar seres humanos, sem ventilação e iluminação. A cozinha estava infestada de moscas, comprometendo a saúde dos carvoeiros.

Dentre os clientes da Metalsider, aparece a Teksid, também lo-

calizada no município de Betim. Ela fabrica peças de ferro fundido, como blocos de motor e discos de freio, que abastecem as principais montadoras de veículos instaladas no país. Uma parte considerável também é exportada: cerca de 30% das 300 mil toneladas produzidas por ano são vendidas para Argentina, Estados Unidos e Europa. A Metalsider fornece ainda para o Grupo Continental, multinacional de origem alemã com 150 mil funcionários em 36 países, que fabrica pneus e outros produtos para a indústria automotiva. No ano passado, o faturamento do grupo atingiu 16 bilhões de euros.

## O que diz a empresa

Procurada pela primeira vez no segundo semestre de 2008, a direção da Metalsider forneceu as seguintes explicações. “Com relação à empresa A. S. Carvão e Logística, fomos informados que a mesma firmou Termo de Ajustamento de Conduta [TAC] junto ao Ministério Público, já cumprido, e que por isso, a manutenção do nome desta empresa em Lista Suja é um equívoco que está sendo solucionado pela mesma. Desta forma, aguardamos posicionamento desta empresa, inclusive para que exclua o nome daquela lista, sob pena de não mais efetivarmos transações comerciais.” A Metalsider demonstrou desinformação sobre o assunto e apenas reafirmou o problema, ao admitir que compra de um fornecedor que cometeu

esse crime.

A “lista suja” de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava é um cadastro oficial mantido e divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nele são publicados os nomes que tiveram os processos administrativos de suas atuações transitados e confirmados. O TAC é um acordo feito com o Ministério Público para garantir que a empresa não incorra novamente nas mesmas infrações, e pode prever indenização aos trabalhadores ou à sociedade. Ou seja, mesmo com um TAC firmado, empregadores podem ser inseridos no cadastro. Uma vez incluída na relação, a pessoa física ou jurídica só tem seus dados retirados depois de dois anos, se quitar todas as pendências trabalhistas e previdenciárias, não cometer novas irregularidades e passar por monitoramento do poder público.

A reportagem também entrou em contato com a assessoria de comunicação da Teksid, que preferiu não se manifestar sobre o caso.

A diretoria da Continental emitiu nota oficial pela qual afirma ter rígidos requisitos corporativos que exigem de todas as fábricas no mundo a certificação ISO 14001 que trata de aspectos ambientais e legais. A empresa afirma que cobra de seus fornecedores a mesma certificação. E que a Metalsider tem a ISO 14001 desde 2006 e licença de operação expedida pelo órgão ambiental. “A companhia reafirma o seu compro-

misso, expresso através da sua ‘Política Ambiental Corporativa’, de priorizar os interesses humanos e as questões ambientais, sendo mandatário que todos os nossos parceiros e colaboradores sejam obrigados a seguir esses padrões”, conclui a nota.

Quando foram procuradas pela segunda vez, as empresas responderam o seguinte:

A diretoria da Metalsider afirmou que, desde o mês de outubro de 2008, não mantém relação comercial com a A. S. Carvão e Logística e que esta não consta mais da “lista suja” do trabalho escravo (em dezembro de 2008, a A. S. Carvão e Logística teve seu nome retirado da “lista suja” por decisão da 7ª. Vara do Trabalho de Cuiabá).

A assessoria de comunicação da Teksid enviou uma carta, após a divulgação das informações no seminário “Conexões Sustentáveis”, qualificando a Metalsider como uma “empresa séria”, credenciada havia anos como fornecedora preferencial, certificada qualitativamente e cumprindo todas as exigências legais e ambientais. A Teksid também não consta da lista de signatários dos pactos empresariais lançado em outubro. A companhia afirma apoiar várias iniciativas que visem uma economia sustentável, sem necessariamente aderir a movimentos específicos. Por sua vez, a Continental limitou-se a informar que deixou de ter relações comerciais com a Metalsider.

# Mahle

## Perfil

De origem alemã, a multinacional se dedica ao desenvolvimento e à fabricação de peças para a indústria automotiva. Sua carteira de clientes engloba as principais montadoras no país e no exterior. No Brasil, a companhia fica sediada no município de Mogi Guaçu (SP) e emprega mais de 8 mil trabalhadores. No primeiro semestre deste ano, a receita bruta com vendas e serviços da Mahle atingiu cerca de R\$ 929,5 milhões.

## O problema

O problema dessa empresa é que um de seus fornecedores utiliza matéria-prima oriunda de garimpos sem licença ambiental e que não respeitam a legislação trabalhista.

Em um pequeno povoado de difícil acesso conhecido como Vila Canopus, encravado em Altamira (PA), funcionam diversos garimpos de cassiterita, sem qualquer licença ambiental para operação. Os trabalhadores revolvem a terra com equipamentos improvisados, à procura da matéria-prima do estanho.

Até o início da década de 1990, o minério era extraído

# Sincol

## Perfil

Com matriz em Santa Catarina e filiais em São Paulo, Paraná, Miami e Porto Rico (EUA), a Sincol está entre as maiores empresas do setor madeireiro no país. Produz portas, janelas, batentes e casas pré-fabricadas, tanto para o mercado interno quanto para a exportação. Entre 35% e 40% de suas vendas destinam-se a outros países. Atua através de marcas próprias de portas como Silentia, Sinkit, Indoor e Corta Fogo.

## O problema

O problema da Sincol está em uma das empresas que ela controla, a madeireira Sulmap Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária, sediada em Várzea Grande (MT). A Sulmap, fabricante de esquadrias e peças de madeira para instalações industriais e comerciais, foi autuada por diversos crimes ambientais. É acusada pelo Ministério Público Federal de envolvimento em grilagem de terras, uso de planos de manejo ilícitos e invasão de área indígena em Colniza (MT), onde fica a Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo. No

local ocorrem conflitos violentos e a madeireira é acusada de incentivar atividades de associação de posseiros para expulsar os índios do território.

A Operação Curupira, levada a cabo pela Polícia Federal em 2005, revelou as atividades da Sulmap na região. Na ocasião, cerca de 80 pessoas foram presas por crimes de desmatamento, extração e venda ilegal de madeira na Amazônia. Entre elas, um funcionário da empresa acusado de pagamento de propina para liberação de caminhões trafegando com carga irregular. Seu nome está vinculado à lista de áreas embargadas pelo Ibama, devido a um terreno de

em larga escala por uma subsidiária da gigante francesa Rhodia. Porém, a exploração da cassiterita foi literalmente abandonada pelo grupo, quando as jazidas passaram a não ser mais viáveis economicamente.

Hoje, os garimpeiros à procura de um ganha-pão se submetem a condições bastante precárias. Dormem em barracos de madeira e palha, estão sujeitos no a todo tipo de acidente e não têm qualquer garantia de assistência em caso de infortúnio, já que se encontram a centenas de quilômetros de qualquer centro urbano do Sul do Pará. Passam praticamente o tempo todo encharcados, quando não mergulhados na água barrenta. Ninguém possui carteira assinada. Cada um recebe 5% do valor total arrecadado com a venda do minério.

A cassiterita da Vila Canopus é comprada por um intermediário que revende para a segunda maior produtora de estanho do Brasil: a Melt Metais e Ligas, localizada em Tiradentes (MG). O material tem vasta aplicação, desde a fabricação de bijuterias até a utilização pela indústria automotiva. Um de seus principais clientes é justamente a Mahle, que fabrica peças para motores, abastecendo as principais montadoras no país e no exterior.

## O que diz a empresa

Quando procurada em outubro de 2008, a gerência de compras da Mahle disse que conta com um manual para desenvolver fornecedores, na busca da excelência e no

compromisso com os princípios de melhoria contínua da qualidade e do meio ambiente. Informou exigir como requisito mínimo que todos os seus fornecedores possuam sistema de qualidade certificado conforme a Norma ISO 9001:2000 e sejam licenciados por órgãos ambientais competentes. A multinacional afirma ter entrado em contato com a fornecedora para solicitar esclarecimentos.

Por sua vez, a Melt Metais esclareceu que, diante da surpresa causada pelas informações, providenciou deslocamento imediato de integrantes de seu setor de qualidade e de seu setor jurídico para apurar os fatos. “Uma vez constatada qualquer irregularidade, a Melt Metais e Ligas procederá ao rompimento imediato de suas relações comerciais com os responsáveis”, dizia a nota.

Em 2009, a diretoria da Mahle informa em nota que, a seu pedido, a Melt Metais chegou a acionar uma empresa especializada a fim de elaborar um programa de certificação. Entretanto, a Mahle decidiu desabilitar este fornecedor e cancelar todos os documentos de compra.

A gestora de Qualidade da Melt Metais, Odila Rodrigues, afirmou que, antes mesmo da regular apuração dos fatos, procedeu à imediata suspensão das relações comerciais com o fornecedor apontado, até que o mesmo apresentasse a documentação comprobatória de sua regularidade. “A suspensão persiste até o momento na medida em que, por ser completamente independente, tal fornecedor não apresentou qualquer documento”.

753 hectares interditado no município de Vera (MT) – em 2006, foi identificado desmatamento de floresta nativa em área de reserva legal.

A Sulmap vendeu seus produtos florestais para ao menos duas grandes construtoras de São Paulo entre 2007 e 2008 – a Prese Empreendimentos Imobiliários e a Rovic Bahia Empreendimentos. Elas são responsáveis pela construção de mais de 40 edifícios, muitos deles de alto padrão, localizados em bairros como Morumbi, Brooklin e Moema.

A Sincol é detentora do selo da Forest Stewardship Council (FSC), principal certificação de madeira exis-

tente no mundo. Possui tanto áreas de manejo quanto produtos certificados, que não englobam a Sulmap. Em seu compromisso com o FSC, no entanto, o grupo “reconhece que deverá ter uma mesma política em todas as unidades de manejo sob sua administração, mesmo aquelas que não estão abrangidas no escopo do certificado.”

## O que diz a empresa

Na primeira vez em que foi procurada, em outubro de 2008, a diretoria da Sincol preferiu não se manifestar. A diretoria da Rovic Bahia afirmou não ter relações com a Sulmap e

comprar madeira única e exclusivamente da Sincol. Disse ainda que tem preocupação com esse tipo de assunto e que nunca compraria nada de uma empresa que estivesse em situação ilegal. A Prese Empreendimentos Imobiliários disse, através de um funcionário que preferiu não se identificar, desconhecer qualquer problema da Sulmap com o Ibama.

Procuradas pela segunda vez no começo de 2009, a diretoria da Sincol – proprietária da Sulmap – novamente não se manifestou. A Rovic Bahia e a Prese Empreendimentos Imobiliários também ficaram em silêncio quando procuradas pela segunda vez.

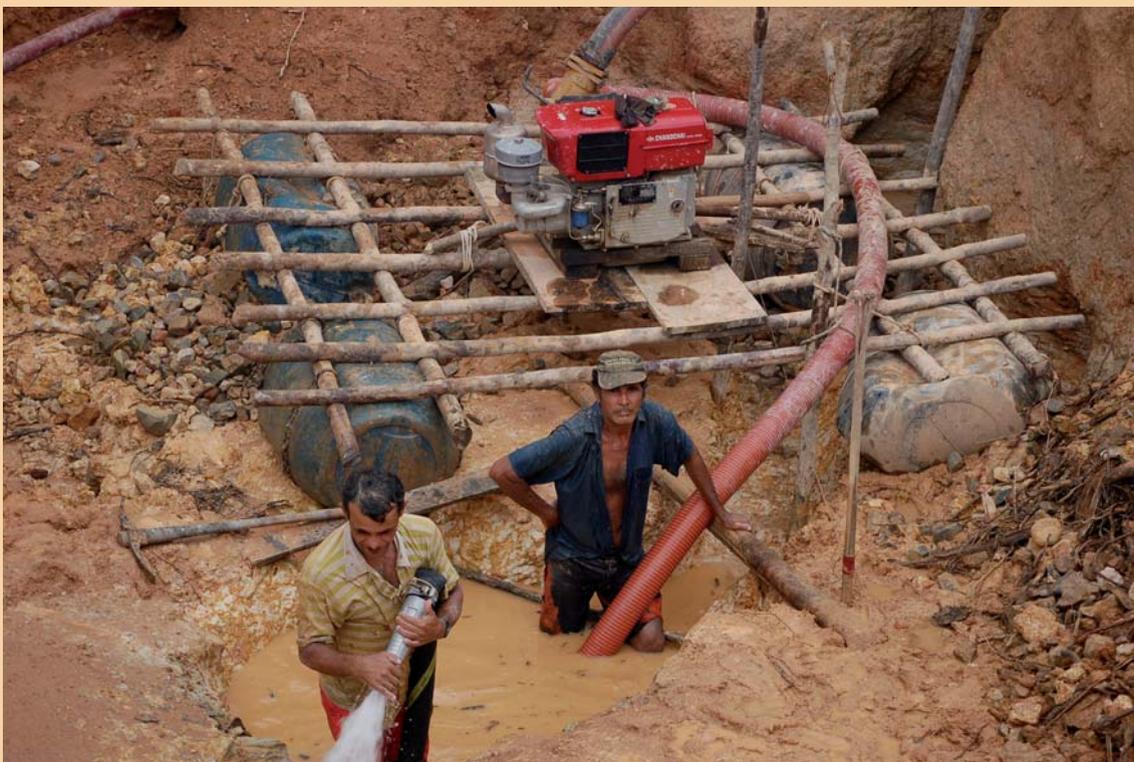
# São Paulo, consumidor voraz

**O Estado consome  
23% da madeira que  
sai da Amazônia**

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cerca de 12,7 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia abastecem anualmente os mercados de São Paulo. A maior parte desse volume vem processada – madeira serrada, o principal subproduto dessa indústria na Amazônia – por um motivo simples: a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para toras brutas é bem mais alta. A Diretoria de Florestas do Ibama aponta o Estado de São Paulo como o principal comprador desse item: os paulistas absorvem 23% do que se extrai na floresta.

O volume de material irregular que abastece o mercado é enorme. Apesar dos esforços do poder público para intensificar a fiscalização e monitorar a cadeia produtiva do setor, os mecanismos para mensurar o rombo do comércio ilegal ainda não são confiáveis. Nas etapas de extração, beneficiamento e transporte, parte considerável da madeira assume aparência de legalidade mediante práticas fraudu-





**Garimpos ilegais fornecem matéria-prima para grandes empresas do sudeste**

lentas. O material apreendido pelos órgãos ambientais é uma pequena parcela do mercado ilegal. No Pará, responsável por mais de 50% da produção nacional de madeira oriunda de extrativismo, o Ibama divulga ter apreendido 115,7 mil metros cúbicos de madeira serrada e em tora em 2008.

## **Poder público**

Nos últimos anos, autoridades estaduais e municipais de São Paulo passaram a adotar medidas para tentar restringir o fluxo de produção ilegal. Em setembro de 2007 o governo estadual anunciou

que fortaleceria as fiscalizações fronteiriças para barrar carregamentos sem comprovação de origem. Em 2002 a então prefeita Marta Suplicy baixou portarias impedindo a compra de mogno. Três anos depois, o governador Geraldo Alckmin e o prefeito José Serra assinaram decretos estabelecendo procedimentos de controle do uso de madeira nativa em obras e serviços de engenharia.

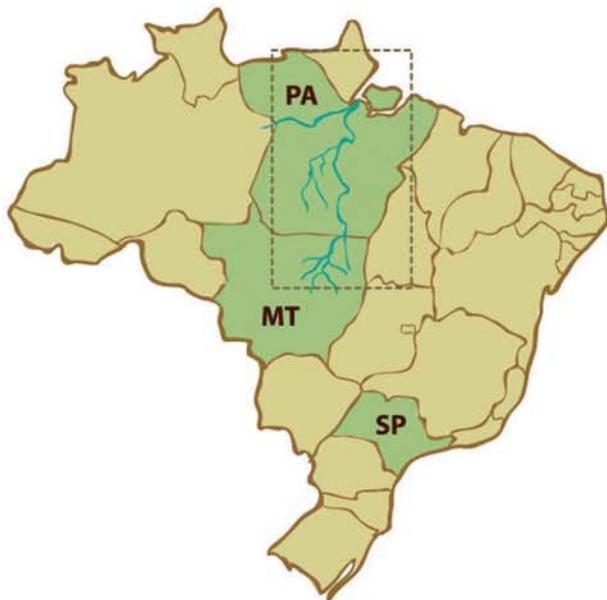
De acordo com estimativas do Greenpeace na época da assinatura dos decretos, pelo menos um terço da madeira consumida na cidade de São Paulo era comprado pelo poder público

por meio de licitações. As medidas tomadas pela Prefeitura em diferentes gestões levaram a capital para a lista dos 24 municípios de São Paulo com o status de “Cidade Amiga da Amazônia”, programa criado pelo Greenpeace para impedir que governos municipais alimentem o desmatamento. Outras 11 cidades brasileiras aderiram à iniciativa.

Entretanto, o controle reforçado não impede que empresas criminosas escapem do crivo dos órgãos públicos, valendo-se de diversos mecanismos para o “esquentamento” da madeira.

# QUEM SE BENEFICIA COM A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA?

A região da bacia do rio Xingu foi escolhida pela pesquisa por apresentar grande parte dos problemas ambientais e sociais encontrados no restante da Amazônia



## BERRANTE

A pecuária bovina de corte é o principal vetor de desmatamento da Amazônia. Estimativas apontam que ao menos 70% da floresta cederam lugar a pastagens nos últimos anos. O crescimento da atividade é motivado pela alta do preço do boi e pela substituição dos pastos no Centro-Sul por lavouras mais rentáveis



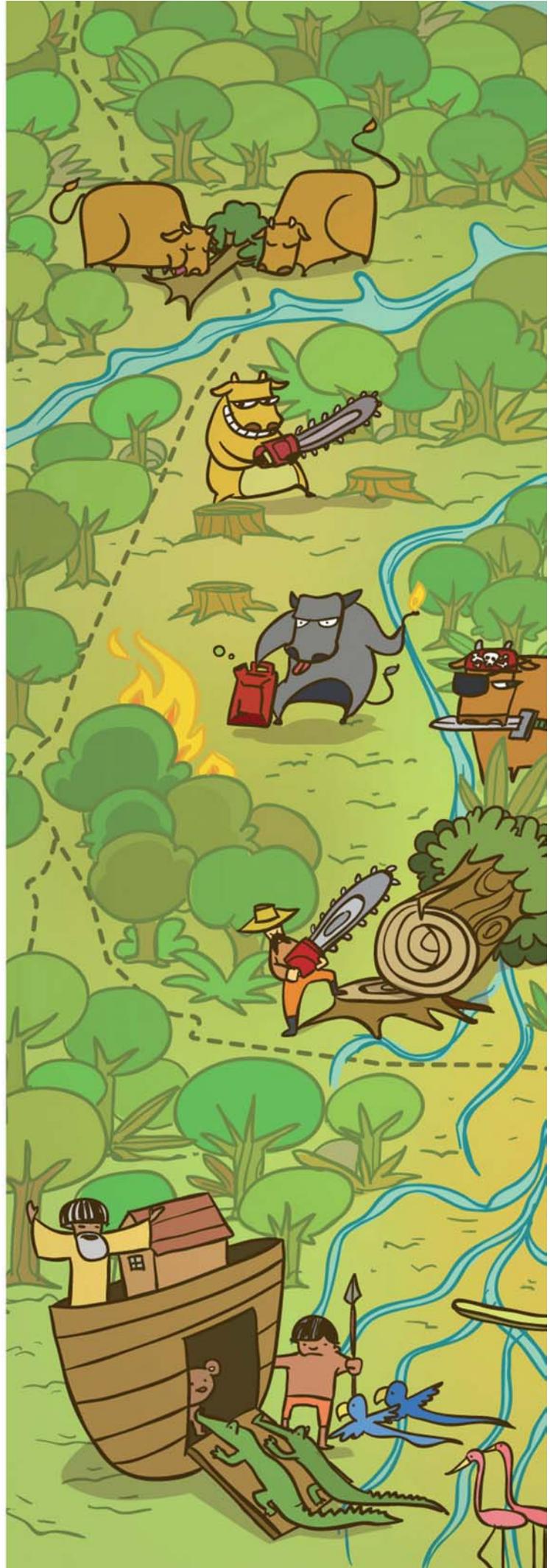
## MADEEEEEEEIRA!

Produtos florestais saem de regiões como Altamira (PA) ou Alta Floresta (MT) utilizando guias de transporte e notas fiscais obtidas de forma ilegal. Mais de 80% da madeira comercializada no Brasil são oriundos de áreas de desmatamento



## ALAGADOS

Habitantes do Parque Indígena do Xingu temem impactos na sua alimentação e na fauna com a construção de centrais hidrelétricas na região





## FLORESTA VIRA MAR

Em Belo Monte (PA), a construção de uma hidrelétrica, prevista para começar em breve, causou alvoroço. Movimentos sociais e populações tradicionais são contra o empreendimento, que causará grandes impactos sociais e ambientais



## PISTOLAGEM EM ALTA

A irmã Dorothy Stang foi assassinada por denunciar madeireiros e pecuaristas. Centenas de pessoas já morreram e outros estão jurados de morte pela mesma razão



## CATIVEIRO

A região dos Carajás concentra um dos maiores pólos siderúrgicos do Brasil. Há carvão vegetal, usado na produção de ferro-gusa, feito a partir de madeira de áreas de desmatamento ilegal. E, para poupar custos, parte das carvoarias usam trabalho escravo em seus fornos



## VELHA GRILAGEM

A pecuária avança sobre áreas públicas, a serviço dos chamados "grileiros". Apenas entre Altamira e São Félix do Xingu, há 16 ações civis públicas contra criadores de gado que ocupam fazendas dentro de reservas ecológicas criando "bois piratas"



## SAI PRA LÁ!

Grandes proprietários expulsam pequenos. Em Vila Rica (MT), por exemplo, João Maria de Almeida (21º na lista dos maiores desmatadores) trava disputas com pequenos agricultores na região



## NUVEM TÓXICA

A expansão da cultura da soja e de sua produtividade se deu com base no aumento do uso de produtos químicos. Casos de uso indiscriminado de agrotóxicos têm sido frequentes, como em Lucas do Rio Verde (MT). Pulverizações nos campos de soja atingiram a área urbana, causando problemas de saúde na população



# Pecuária é setor

**A criação de gado bovino do bioma amazônico está associada a atividades ilegais como desmatamento e trabalho escravo.**

A imagem de um dos mais importantes setores do agronegócio nacional, a cadeia produtiva da carne bovina, também foi manchada por preocupantes violações às legislações ambiental e trabalhista. Até mesmo os frigoríficos de ponta do país, empresas de renome internacional que fazem do Brasil o maior exportador dessa commodity em todo o mundo, apresentam problemas no seu leque de fornecedores.

A reportagem identificou alguns exemplos de compra de gado de fazendeiros autuados por trabalho escravo e por desmatamento ilegal da floresta amazônica. Há o caso até de

um frigorífico que operava sem licença ambiental, e que teve de assinar um acordo com o Ministério Público do Trabalho para garantir condições mínimas de serviço a seus próprios funcionários.

Nos últimos anos, organizações civis e poder público vêm pressionando o setor na tentativa de restringir o mercado aos que desrespeitam as legislações ambiental e trabalhista. Um passo importante se deu em 2005, com o lançamento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, coordenado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Instituto Ethos de Responsabilidade So-



# problemático

cial, pela ONG Repórter Brasil, e que conta com a participação do Instituto Observatório Social. Mais de 160 empresas e associações comerciais já aderiram à iniciativa, comprometendo-se a combater o trabalho escravo em suas cadeias de fornecedores.

## Ajustamento de conduta

Grande parte dos frigoríficos brasileiros de ponta - como JBS-Friboi, Bertin e Margen - aparece na lista de signatários. Contudo, há aqueles que, mesmo após identificação de problemas em suas cadeias produtivas, sequer se dispuseram a discutir a questão. O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Estadual do Mato Grosso (MP/MT) firmaram, em março de 2008, um termo de ajustamento de conduta (TAC) com 19 frigoríficos filiados ao Sindicato das Indústrias Frigoríficas do Mato Grosso (Sindifrig). Por esse acordo, as companhias assumiram o compromisso de aderir ao Pacto, entre outras medidas para melhorar a situação trabalhista e social de seus negócios.

Grupos importantes e com histórico de graves problemas, como o Quatro Marcos, juntaram-se ao acordo devido à obrigação prevista no TAC. Outro frigorífico de peso no cenário nacional, o Marfrig, ainda não faz parte da iniciativa, mas vem conversando com o comitê gestor do Pacto, após ser informado sobre fornecedores que usaram mão-de-obra escrava.

No início do ano passado, depois de avisado pelo comitê gestor de que estaria adquirindo gado de propriedades rurais presentes na "lista suja" do trabalho escravo, o grupo Bertin emitiu comunicado afirmando que,



com base nessa informação, teria cortado seis produtores (cinco deles, pecuaristas do Sul do Pará) de sua lista de fornecedores. A ação foi importante para pressionar os produtores da região a seguirem a lei à risca, mas também mostra que a empresa ainda precisa avançar na autodetecção dos problemas da sua cadeia produtiva.

## Iniciativas

O setor da carne bovina também vem se movimentando por conta própria e, no final de 2007, criou o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável. Trata-se de um fórum de discussão que reúne os principais frigoríficos do país, dentre os quais aparecem Bertin, Frigol, Independência, JBS-Friboi, Mercosul e Quatro Marcos. Instituições financeiras que oferecem crédito a esses grupos empresariais - como o IFC, braço para financiamentos privados do Banco Mundial, e o Banco Real, do grupo Santander - estão à frente do grupo, que conta ainda

com a participação de grandes redes varejistas, outras empresas com atuação direta nessa cadeia produtiva, de ambientalistas, entidades ruralistas e organizações da sociedade civil.

O poder público também está pressionando. Um dos principais instrumentos veio com o decreto presidencial 6.514, editado em julho do ano passado, que proíbe a compra de produtos provenientes de áreas embargadas por desmatamento, o que atinge diretamente os frigoríficos Hoje, é impossível afirmar com segurança que até mesmo a carne de frigoríficos localizados fora do bioma amazônico não foi obtida a partir de animais que pastavam em áreas situadas na principal floresta do planeta. Existe um comércio bastante freqüente entre os próprios frigoríficos e é muito comum que uma unidade transfira parte de seu estoque para outra planta industrial da mesma empresa localizada em um estado diferente.

Veja casos de problemas ambientais e trabalhistas nas cadeias produtivas de grandes frigoríficos brasileiros.

# QUATRO MARCOS

## Perfil

O primeiro frigorífico foi inaugurado em 1986, no Mato Grosso, estado onde a empresa desenvolve a maior parte de suas atividades. É um dos maiores do país em números de abates. Suas vendas de carne in natura representam 85% dos negócios e o comércio de couro responde por 10%. Um terço da receita vem de exportações. A empresa fornece carne bovina para o varejo paulistano, produtos para outros frigoríficos e de sebo para indústrias de biodiesel – combustível adicionado ao diesel e distribuído em postos de todo o país.

## O problema

Unidades de abate apresentaram graves problemas ambientais e trabalhistas. A empresa comprou gado de empregador que figura na “lista suja” do trabalho escravo. A unidade localizada em Juara, no bioma amazônico, teve suas atividades embargadas pelo Ibama em junho de 2008 por operar sem licença ambiental. O Ministério Público Estadual também acionou judicialmente o Quatro Marcos por descartar os resíduos orgânicos dos 500 abates de bovinos realizados diariamente no frigorífico, de forma totalmente irregular e sem qualquer tipo de tratamento, em áreas de preservação permanente próximas a assentamentos rurais do município.

O caso trabalhista mais grave aconteceu em fevereiro de 2008, quando um mecânico morreu após ser eletrocutado, cair e fraturar a coluna cervical na unidade de Alta Floresta (MT). Em dezembro de 2007, o Quatro Marcos havia firmado acordo com o Ministério Público do Trabalho comprometendo-se a melhorar as condições a que estavam submetidos seus funcionários. A iniciativa ocorreu depois que a fábrica do grupo localizada no município de Vila Rica foi interdita por conta de um vazamento de gás que intoxicou 14 pessoas. Outros três episódios semelhantes ocorreram no mesmo ano e local.

Na lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia, divulgada no final de setembro pelo Ministério do Meio Ambiente, a pecuarista Rosana Sorge Xavier, cuja família administra o frigorífico Quatro Marcos, figura em nono lugar no ranking. Seu nome aparece duas vezes na relação. No total, ela devastou ilegalmente 12.640 hectares de floresta, o que lhe rendeu uma multa de aproximadamente R\$ 48 milhões.

A fazenda Santa Luiza, em Nova Bandeirantes (MT), e que pertence à mesma família, já integrou a “lista suja” do trabalho escravo – cadastro oficial do Ministério do Trabalho e Emprego com os nomes dos produtores que incorreram nessa prática. O frigorífico também adquiriu gado bovino de Antenor Duarte do Valle, que consta da atual edição do cadastro do MTE por reduzir 188 trabalhadores a condições análogas às de escravos em sua fazenda Nova Maringá, no município de Comodoro (MT).

## O que diz a empresa

Em outubro de 2008, quando foi procurado pela primeira vez, o frigorífico Quatro Marcos afirmou por meio de sua gerência de marketing que havia contratado uma consultoria externa e estava passando por uma reestruturação e reorganização de processos das suas atividades. De acordo com o comunicado, esse “período de transição” deveria durar de três a quatro meses. “Pela sua importância no cenário nacional e mundial, a questão de sustentabilidade estará sendo devidamente desenvolvida e trabalhada”, acrescenta a resposta.

Alguns meses depois, no começo de 2009, a Quatro Marcos foi procurada novamente para responder se havia cortado relações comerciais com o pecuarista Antenor Duarte do Valle, se tinha resolvido os problemas ambientais e trabalhistas em suas unidades frigoríficas e se possuía interesse em aderir ao Pacto Empresarial da Carne Bovina, criado durante as atividades do seminário “Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia”. Desta vez, a diretoria da empresa não respondeu às perguntas.

# BRASLO

## Perfil

A empresa iniciou suas atividades de processamento de produtos à base de proteína animal em 1982. Localizado na rodovia Anhanguera, no município de Osasco (SP), seu parque industrial fornece principalmente derivados de carne bovina para grandes redes de restaurantes com atuação na capital paulista. Também está habilitada a exportar para mais de 30 países. A empresa pertencia originalmente ao grupo norte-americano OSI que, em junho deste ano, firmou contrato de venda ao Marfrig de 15 plantas industriais no Brasil e na Europa, dentre as quais a própria BrasloL.

## O problema

Esta empresa manteve relações comerciais com frigorífico que abate gado proveniente da Amazônia depois de se comprometer publicamente a não utilizar carne bovina oriunda desse bioma em sua cadeia produtiva. O compromisso da Braslo de não utilizar carne bovina de gado da Amazônia em seus produtos está expressamente publicado na página 20 do seu Balanço Social 2006, divulgado em 2007, e disponível na página da empresa na internet.

Porém, a empresa adquiriu diversas vezes carne da unidade do Marfrig de Tangará da Serra (MT), entre 2007 e 2008. O frigorífico, por sua vez, tem em sua carteira de clientes pecuaristas que criam gado no bioma. Outro fato que merece destaque é que essa mesma unidade de Tangará da Serra também aparece como compradora de animais criados por dois fazendeiros que figuram na atual edição da “lista suja” do trabalho escravo (ver caso Marfrig). As compras ocorreram posteriormente ao compromisso firmado publicamente.

## O que diz a empresa

Quando foi procurada pela primeira vez, a empresa, por meio de

sua assessoria de comunicação, emitiu esclarecimento afirmando que “mantém e honra uma política em relação à floresta amazônica desde a sua instalação no país, pela qual se compromete a realizar a compra de carnes que não contribuam para o desmatamento”.

A Braslo também disse que firma carta de compromisso formal com seus fornecedores, que por sua vez “garantem que não adquirem nem virão a adquirir gado proveniente de fazendas em áreas que integrem a floresta tropical amazônica ou de desmatamentos recentes”. Informou que faz auditorias periódicas para se certificar de que seus fornecedores estão realmente cumprindo os acordos firmados com a empresa. Além disso, alegou possuir coordenadas georreferenciadas de seus fornecedores a fim de monitorar se eles estão situados no bioma amazônico.

Com relação aos negócios feitos com o Marfrig localizado no município de Tangará da Serra, a Braslo afirma que não mantém mais relações comerciais com essa planta industrial. “A empresa aprimorou sua política relativa à Floresta Amazônica, passando a adotar os parâmetros do IBGE para a preservação da área definida como Bioma Amazônia. Desde 1º de setembro de 2008, a Braslo utiliza o georreferenciamento para definir as plantas frigoríficas que são suas fornecedoras. Permanecem como fornecedoras cinco plantas do Marfrig, tendo sido excluída a planta do Marfrig em Tangará da Serra (MT), localizada no perímetro definido pelo IBGE como bioma Amazônia”.

Convém frisar que o compromisso público assumido pela empresa de não comprar produtos oriundos da região é anterior a essa data. Com a conclusão das negociações iniciadas no ano passado, a Braslo agora faz parte do Grupo Marfrig.

Dessa maneira, a nota de resposta emitida pela assessoria de imprensa do grupo também vale para o caso da Braslo.

## JBS FRIBOI

### Perfil

Sediado na capital paulista, o JBS Friboi é o maior frigorífico do mundo em capacidade de abate de bois, e o maior exportador de carne do planeta. No ano passado, o grupo faturou R\$ 4,7 bilhões e entrou no mercado de suínos com a compra da norte-americana Swift Foods. Produtos industrializados das marcas Anglo, Sola e Swift, vendidos nas principais redes varejistas do país, também são fabricados pelo JBS Friboi. A empresa atua ainda no segmento de transportes e tem cerca de 40 mil empregados. O JBS Friboi é fornecedor de grandes redes varejistas na capital paulista. Também vende sebo bovino para indústrias de biodiesel.

### O problema

A unidade do Friboi de Barra do Garças (MT) adquiriu gado de um pecuarista que teve área de sua fazenda embargada pelo Ibama por desmatamento ilegal.

Em julho de 2008, a unidade manteve relações comerciais com o pecuarista Marco Aurélio Morales Branco, dono da fazenda Rancho Blanco, no município de Querência, a 450 quilômetros do frigorífico. No mês anterior, o produtor havia sido autuado pelo Ibama por desmatamento sem autorização dentro da sua fazenda. Uma área de 485 hectares acabou embargada pelo órgão ambiental.

### O que diz a empresa

No segundo semestre de 2008, após realizar uma auditoria em suas unidades no Mato Grosso, o JBS Friboi informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o produtor Marco Aurélio Morales Branco se valeu de uma triangulação irregular com outra de suas propriedades para vender gado ao frigorífico, passando assim pelo sistema de bloqueio de compras da empresa. Segundo a direção, o problema foi resolvido e o pecuarista, cortado da lista de fornecedores. O JBS Friboi ainda propôs a criação de barreiras à aquisição de gado tomando como base o nome do produtor, e não apenas a propriedade onde tenham ocorrido problemas ambientais ou trabalhistas.

Em 2009 o JBS Friboi aparece na lista de signatários do Pacto Empresarial da Carne Bovina, lançado em outubro do ano passado. A direção do frigorífico foi questionada sobre as medidas que adotou para cumprir os compromissos que constam do Pacto, e se voltou a ter relação comercial com o pecuarista Marco Aurélio Morales Branco. Por meio de sua assessoria de imprensa, a empresa afirmou que as novas questões levantadas já haviam sido contempladas pela resposta dada pela empresa em outubro do ano passado.

## Perfil

Em 2007, o faturamento do Marfrig atingiu a casa dos R\$ 2,7 bilhões. O grupo é o quarto maior produtor mundial de carne bovina. Em julho de 2007, abriu seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo e angariou R\$ 1 bilhão – dinheiro investido agressivamente na expansão de suas atividades e na compra de outras 20 empresas dentro e fora do país. Possui dez unidades de abate de gado bovino no Brasil, cinco na Argentina e outras quatro no Uruguai. Também processa carnes de aves e de suínos. Marcas conhecidas no mercado varejista paulistano, como Pena Branca, Da Granja e Bassi, compõem o portfólio do Marfrig. O grupo abastece as principais redes varejistas do país, e outras empresas de processamento de proteína animal. Também fornece sebo para indústrias de biodiesel.

## O problema

Uma de suas unidades frigoríficas, o Marfrig de Tangará da Serra (MT), manteve relações comerciais com dois pecuaristas do Mato Grosso depois de eles entrarem na “lista suja” do trabalho escravo. Um deles é Antenor Duarte do Valle, que figura na relação desde junho de 2004. O frigorífico comprou animais para abate do produtor quando ele se encontrava havia mais de três anos na “lista suja”.

Antenor Duarte do Valle é acusado por movimentos sociais de ser um dos mandantes do Massacre de Corumbiara, em 1995, quando 11 sem-terra foram chacinados por policiais militares e jagunços, em Rondônia. Ele jamais quitou as dívidas com os 188 trabalhadores libertados da sua fazenda Maringá, em Comodoro (MT), apesar de contar até com avião à sua disposição. Segundo relato da fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, ele teria inclusive mandado amarrar e espancar um empregado descontente com as condições a que ele e seus companheiros estavam submetidos.

Outro fornecedor do Marfrig de Tangará da Serra que aparece na “lista suja” é Renato Bernardes Filgueiras. Em dezembro de 2006 ele teve seu nome incluído no cadastro oficial do MTE por reduzir a condições análogas às de escravo dez trabalhadores da fazenda Santa Eulália, em Tapurah (MT).

O Marfrig também teve sua imagem atingida por acidentes graves em uma de suas próprias plantas frigoríficas. A empresa foi acionada na Justiça pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que pede indenização

por danos morais coletivos no valor de R\$ 3 milhões. Depois de uma fiscalização ocorrida em fevereiro deste ano, motivada pela morte de um trabalhador na unidade de Porto Murtinho (MS), o MPT decidiu mover uma ação civil pública contra a empresa. De acordo com o órgão, além de negligências básicas no atendimento ao acidentado, os trabalhadores eram submetidos a jornadas exaustivas, dentre outras irregularidades.

## O que diz a empresa

Em outubro de 2008 o grupo se pronunciou por meio da assessoria de imprensa. Com relação aos dois pecuaristas que constam da “lista suja” do trabalho escravo, a empresa argumenta que desde o dia 29 de fevereiro de 2008, a unidade de Tangará da Serra não mais realiza compras de gado dos dois produtores mencionados e que o mesmo procedimento é seguido por todas as demais unidades do grupo. Vale lembrar que Antenor Duarte do Valle entrou na “lista suja” em junho de 2004. Já Renato Bernardes Filgueiras aparece desde dezembro de 2006. A nota ainda informa que o Marfrig adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, sendo signatário do acordo assinado em março de 2008 e no qual a empresa se compromete com o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Quando foi procurada pela segunda vez, alguns meses depois, a assessoria de imprensa da companhia enviou a seguinte nota à reportagem: “O Grupo Marfrig reitera seu compromisso com relação à adoção de práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, e informa que mantém a promoção de sua política rigorosa de fiscalização em concordância com a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 15 de outubro de 2008, no qual se compromete a não manter relações comerciais com propriedades que tenham áreas embargadas por infrações ambientais ou que violam leis trabalhistas e humanitárias. A empresa informa também que a instalação de Comitês de Gestão Ambiental em todas as Unidades do Grupo encontra-se concluída, estando apenas a unidade Pena Sul, de abate de aves, em processo de finalização”.

O Marfrig ainda não consta da lista de signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, pois ainda não atendeu aos convites para se reunir com o conselho gestor do Pacto a fim de apresentar questões relacionadas à sua rede de fornecedores – condição necessária para a assinatura do acordo. Na realidade, a assessoria de imprensa está se referindo ao compromisso previsto no Pacto Empresarial da Carne Bovina, lançado em outubro durante o seminário “Conexões Sustentáveis São Paulo-Amazônia”.

# Mais boi que gente

## Há conexão direta entre a abertura de novas frentes de expansão na Amazônia e a exploração criminosa de trabalhadores.

Em 2004, o Brasil assumiu o posto de maior exportador mundial de carne bovina, e atualmente faz negócios com quase 130 nações. No ano passado, o comércio com países estrangeiros dessa commodity atingiu a cifra recorde de US\$ 5,3 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Mas a crise econômica global que explodiu nos últimos meses já deixou marcas nesse importante segmento do agronegócio. Apenas em janeiro de 2009, as vendas no mercado internacional tiveram forte queda de 45% na receita, 35% no volume e 16% no preço médio, em comparação com o mesmo período de 2008.

Especialistas no setor acham difícil que o faturamento astronômico registrado do ano passado se repita em 2009, e estimam que a queda na receita pode chegar até 20%. Por outro lado, os pecuaristas mais otimistas esperam que, a partir do segundo semestre, o ritmo das exportações de carne bovina recupere o fôlego e volte a crescer. A União Européia, por exemplo, que nos últimos anos vinha colocando uma série de barreiras ao produto brasileiro, já sinaliza com aumento da demanda. Há perspectivas de que compradores tradicionais, como Rússia e Egito, aumentem o volume de encomendas.

Mesmo em meio à maior crise econômica das últimas oito décadas, os criadores de gado bovino no Brasil estão rindo à toa, pois a pecuária de corte vem se desenvolvendo a passos de gigante. De 2000 para cá, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de cabeças de gado saltou de 170 milhões para aproximadamente 206 milhões – incremento de 21%. E esse crescimento está calcado principalmente na Amazônia. O Mato Grosso detém o maior rebanho do país, com 26,1 milhões de cabeças. Já o Pará aparece em quinto lugar, com 17,5 milhões de animais – mas há quem desconfie das desconstruídas estatísticas oficiais e estime que esse número tenha superado a casa dos 20 milhões.

De acordo com o estudo “O Reino do Gado”, divulgado pela ONG Amigos da Terra no ano passado, a Amazônia conta com 74 milhões de cabeças de gado, na proporção de 3,3 por habitante – relação três vezes superior à média nacional. Em 2007, pela primeira vez na história, o número de abates ocorridos na região ultrapassou a marca dos 10 milhões – 41% do total no país. A pesquisa revela que um terço da carne in natura exportada no ano passado saiu de frigoríficos situados nessa parte do território brasileiro.

A pesquisa traz outros números que deixam ainda mais evidente o avanço da pecuária sobre a Amazônia. Entre dezembro de 2003 e o mesmo mês de 2006, apenas 4% dos 10 milhões de novos animais adicionados às fazendas do país não estavam pastando sobre terrenos que um dia já foram floresta. Em outras palavras, o crescimento da criação de bois fora da região é praticamente insignificante.

### Frente pioneira

Ao se deslocar em direção à Amazônia, a pecuária escapa da disputa com outras culturas vigorosas do agronegócio, como a soja e a cana-de-açúcar, que tendem a dominar as terras mais valorizadas das regiões de melhor infra-estrutura e mais próximas aos principais centros consumidores.

Por ser uma atividade predominantemente extensiva, a pecuária bovina necessita de terras baratas. E essas áreas de baixo preço se encontram principalmente na região de fronteira agrícola, como a floresta. O próprio presidente da comissão para assuntos da Amazônia Legal da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), Carlos Xavier, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, admitiu categoricamente que “a pecuária está sendo empurrada para cá”, em alusão ao Sul do Pará.

Durante décadas a derrubada da mata foi encarada, principalmente durante a ditadura militar, como uma demonstração legítima de posse. Quem quisesse ter direito sobre uma área precisava mostrar serviço, devastando a floresta. Essa sempre foi a deixa para que a pecuária entrasse em cena. A pecuária também é responsável pela esmagadora maioria das denúncias de utilização de mão-de-obra escrava na Amazônia. Não à toa, Pará e Mato Grosso aparecem como campeões históricos na incidência desse crime. Há conexão direta entre a abertura de novas frentes de expansão e a exploração criminosa e desumana de trabalhadores.

Levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal entidade dedicada à defesa dos direitos humanos e trabalhistas no campo, revela que 58% das fazendas fiscalizadas até julho do ano passado pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atua na libertação de escravos, tinham como atividade principal a criação de bovinos para corte.



# Soja avança sobre Amazônia Legal

Os produtores têm  
relação conflituosa  
com o meio  
ambiente e com os  
povos da floresta.



O Brasil tem a segunda maior produção de soja do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Na safra de 2009, estima-se em 21,6 milhões de hectares a área ocupada pela cultura no país, equivalentes a 46% de toda a lavoura brasileira de grãos. Em forma de grão, farelo ou óleo, a soja é hoje a principal commodity agrícola da pauta de exportações. Em 2008, foi responsável por 9,1% do total das vendas brasileiras no mercado internacional. O mercado interno absorve parte da produção – os derivados da soja são utilizados em diversos segmentos econômicos, desde a indústria alimentícia até o biodiesel, os produtos de higiene, de limpeza e cosméticos.

Até a década de 1970, as lavouras de soja estavam concentradas nos estados do Sul. Mas as bases sedimentadas pelas políticas de expansão da fronteira agrícola, principalmente em direção ao Centro-Oeste, mudaram este panorama. O Cerrado foi ocupado por migrantes envolvidos em projetos de colonização, em parte sulistas já familiarizados com a cultura da soja.

A soja ganhou o Mato Grosso como o carro-chefe da atividade agrícola nos anos 1980, quando a produção, organizada em torno da mecanização de grandes propriedades, saltou de 117 mil toneladas/ano para três milhões de toneladas/ano. Na década seguinte, a lavoura se expandiu fortemente no Brasil, impulsionada pela abertura econômica e pelo for-

talecimento do agronegócio exportador. A área ocupada com a cultura praticamente dobrou no país nos últimos 15 anos. Desde 2001, a participação mato-grossense predomina, sendo atualmente responsável por 30% da produção nacional. Metade das terras do estado se situa no bioma amazônico.

Apesar de, historicamente, a expansão do grão ter se dado principalmente no Cerrado, o aumento da demanda no mercado internacional impulsionou uma maior penetração da cultura na Amazônia. Em número considerável de áreas, a soja tornou-se motivação direta de queimadas e desmatamentos para a conversão em lavoura. Já na safra 2004/2005, de acordo com estudo lançado pelo Greenpeace em abril de 2006, 5% da produção de soja brasileira era proveniente de terras localizadas no bioma amazônico.

## Trabalho escravo e desmatamento

Apesar da intensa mecanização da soja no Centro-Oeste demandar profissionais com melhor remuneração, práticas de empregos temporários sem o cumprimento dos direitos trabalhistas e casos de trabalho escravo continuam acontecendo principalmente no momento de abertura de novas áreas de lavoura. Análises ba-

seadas nos relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que a principal atividade exercida por trabalhadores reduzidos a escravos na lavoura de soja é a catação de raízes, que antecede a preparação do terreno para a semeadura.

Criada em novembro de 2003, o cadastro de empregados flagrados com mão-de-obra escrava, a chamada “lista suja”, abrigou até hoje ao menos 14 propriedades produtoras de soja. Entre estas, sete estão em municípios total ou parcialmente integrantes do bioma amazônico, sendo cinco no Mato Grosso, uma no Pará e uma no Tocantins. Estes dados evidenciam a existência de uma relação concreta entre a utilização de trabalho escravo na soja – geralmente associado à abertura de novas áreas ou à adaptação de antigos pastos – e a expansão da lavoura em áreas no Arco do Desmatamento.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que congrega a indústria de soja no Brasil, é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Compradoras de soja – ADM do Brasil, Bunge, Caramuru, Cargill e Grupo André Maggi – também são signatárias individuais do compromisso. “Tolerância zero” com o trabalho análogo ao escravo também é parte dos compromissos assumidos pelo setor através da Moratória da Soja, um acordo firmado em julho de 2006.

# CPFs e CNPJs

Sob pressão de ambientalistas e do mercado internacional, a Abiove e suas associadas se comprometeram na ocasião a não comercializar nenhuma soja oriunda de áreas que forem desflorestadas, após esta data, dentro do bioma amazônico. O acordo, originalmente válido por dois anos, foi renovado em julho de 2008, passando a vigorar por mais 12 meses. ONGs envolvidas com a Moratória ressaltam que, apesar dos resultados positivos do monitoramento de campo, persistem fatores de risco, visto que uma elevação dos preços das commodities agrícolas pode estimular o desmatamento de novas terras.

As instituições signatárias dos pactos sobre pecuária, madeira, soja e compras públicas lançados no seminário Conexões Sustentáveis, em outubro de 2008, comprometem-se a não comprar de empregadores da "lista suja" do trabalho escravo e de Bunge

## Perfil

Sediada na Holanda, a empresa atua em território brasileiro tanto na produção de insumos quanto na fabricação de produtos para consumo final na indústria alimentícia. Obteve, em 2007, faturamento de US\$ 8,1 bilhões no Brasil. Tais números, 23% maiores em relação ao ano anterior, colocam a Bunge Alimentos na 14ª posição entre maiores empresas do país em vendas, de acordo com o anuário Melhores e Maiores da revista Exame. A multi-

nacional holandesa também atua na produção de fertilizantes.

## O problema

O problema da Bunge é que ela adquiriu soja de fazenda com área embargada pelo Ibama. Eurydes Ceni, pai do goleiro Rogério Ceni, é proprietário da fazenda Dona Dozolina, localizada no município de Santa Carmem (MT). Em junho de 2007, o Ibama embargou uma área de 230 hectares da propriedade, onde foi constatado desmatamento a corte raso sem autorização do órgão competente. A fazenda possui uma área total de cinco mil hectares, onde se produz milho e soja.

Em junho de 2008, um ano após o embargo, que ainda permanece em vigor – Ceni vendeu à Bunge soja plantada na fazenda Dona Dozolina. Além de exportar o produto, a empresa possui, em Rondonópolis (MT), uma esmagadora que processa parte dos grãos adquiridos em terras matogrossenses. De lá chegam às redes de supermercados na cidade de São Paulo diversos lotes do óleo Soya, uma das principais marcas vendidas no país. Os óleos de soja das marcas Pão de Açúcar e Compre Bem também são produzidos pela Bunge.

## O que diz a empresa

Procurada em outubro de 2008, através de sua direção corporativa de Comunicação, a Bunge afirmou que consulta, a cada negociação, a relação

de embargos disponibilizada pelo Ibama, tomando as devidas providências a fim de não adquirir matéria-prima plantada em tais áreas. Em relação a Eurydes Ceni, a empresa afirmou que, segundo documentação apresentada, inclusive com fotos aéreas e referências de GPS, a área embargada não era de produção de soja.

A empresa ressaltou ser signatária da Moratória da Soja, assumindo o compromisso de não comercializar soja plantada em terras desmatadas, no bioma amazônico, entre julho de 2006 e julho de 2009. Sobre questões trabalhistas, a Bunge reiterou que possui cláusulas específicas reservando-se o direito de rescisão unilateral caso haja confirmação de práticas irregulares nas fazendas. A empresa também destacou seu envolvimento com ações para a promoção de boas práticas socioambientais junto a produtores.

Em 2009 a empresa foi ouvida pela segunda vez. Quando indagada se o fornecedor Eurydes Ceni ainda está habilitado a manter relações comerciais com a Bunge, a empresa respondeu que, de acordo com seu controle interno, não foram mais realizadas negociações desde então. A multinacional afirma, no entanto, que “conforme explicado anteriormente, o referido produtor não tinha produção de soja sobre a área objeto de embargo. Desta maneira, seguindo a legislação estabelecida pelo governo brasileiro, esse produtor estaria habilitado a vender sua produção no mercado.”

# SÃO JOÃO ALIMENTOS

## Perfil

Fundada em 1968, a empresa atua no beneficiamento, seleção, padronização e empacotamento do produto. Comercializa arroz, feijão, grão de bico, lentilha e outros grãos. Possui frota própria de caminhões para levar seus produtos a estabelecimentos varejistas de diversos municípios paulistanos, incluindo a capital. Arroz das marcas Patéko, Empório São João, Baviera, Taiô-Mai e Billy são vendidos em redes de supermercado que operam na cidade de São Paulo.

## O problema

A São João Alimentos comprou arroz de produtor autuado por desmatamento ilegal. Valdir Antonio Grando, agricultor residente em Rio Verde (GO), é dono da fazenda Gabriela, no limite com o Parque Indígena do Xingu. Em 2006 ele foi autuado pelo desmate de 495 hectares nessa propriedade. O município de Querência (MT), onde a fazenda está instalada, é uma das principais áreas de expansão de culturas graneleiras sobre áreas originalmente ocupadas por florestas. Está na lista dos 36 municípios campeões do desmatamento divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2007, sacas de arroz produzidas na fazenda Gabriela abasteceram a São João Alimentos, instalada no município de São José do Rio Pardo (SP). Em regiões como Querência, o arroz é usado para “amansar” a terra

após o desmate, ou seja, muitas vezes é a primeira safra produzida após a abertura de novas áreas, visto que a terra ainda precisa de correção química antes de receber outras culturas, como a soja. A fazenda Gabriela também produz este grão.

Outra autuação recaiu sobre Grando em abril de 2008. Desta vez, o Ibama embargou uma área de 1,8 mil hectares desmatada ilegalmente na fazenda e multou o seu proprietário em R\$ 2,7 milhões. Este produtor ocupa atualmente a 99ª posição na lista dos maiores desmatadores divulgada pelo MMA – justamente por conta dos crimes identificados em Querência.

## O que diz a empresa

Procurada em outubro de 2008, a empresa não quis se manifestar. Em março de 2009, seu diretor de Vendas Marcos Pegorer informou que a empresa não tem mais nenhum tipo de relacionamento comercial com o produtor Valdir Antônio Grando. Disse ainda que, desde julho de 2007, data da última comercialização com o referido produtor, não compra mais arroz proveniente de áreas localizadas na Bacia Amazônica. Seus fornecedores, segundo a empresa, localizam-se na região Sul do Brasil e em países do Mercosul. A companhia ressaltou que a relação comercial com Valdir Antônio Grando deu-se de acordo com os parâmetros legais vigentes e que, à época da negociação, não possuía quaisquer informações sobre autuações ambientais relacionadas a ele.

# CARAMURU ALIMENTOS

## Perfil

Fundada em 1964, a Caramuru é a maior empresa do setor graneleiro no país com capital 100% brasileiro. Atua na fabricação de produtos industrializados de grãos para consumo animal, industrial e final. Atualmente, possui unidades de negócios em sete estados: Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará. A companhia tem capacidade para processar 1,6 milhão de toneladas de soja e 677 mil toneladas de milho por ano, além de refinar 230 mil toneladas de óleos de soja, milho, girassol e canola. Em 2007, seu faturamento em vendas foi de US\$ 831 milhões, crescendo 16% em relação ao ano anterior.

## O problema

O problema da Caramuru é que ela adquiriu girassol de produtor autuado por desmatamento em diferentes propriedades. Integrante do GFN Agrícola, grupo familiar responsável pelo plantio de grãos em dezenas de milhares de hectares no Mato Grosso, Carlos Vian possui passivos ambientais registrados tanto pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema-MT) quanto pelo Ibama.

Em 2006, o órgão estadual o autuou por desmatamento na fazenda Santa Bárbara III, localizada em área de floresta no município de Brasnorte. Em janeiro de 2008, Vian foi alvo de multa do Ibama no valor de R\$ 360 mil. Dessa vez o motivo foi a supressão da mata nativa em

71,7 hectares de reserva legal na Fazenda Nova Fronteira, em área de cerrado. Essa última infração colocou Vian na lista de embargos que o Ibama disponibiliza na Internet.

Em julho de 2008, a unidade da Caramuru em Itumbiara (GO) comprou girassol produzido por Vian em Brasnorte. Com sede neste mesmo município goiano, a companhia fabrica, entre outras coisas, óleo de cozinha à base de girassol. A Caramuru comercializa o produto através de marca própria – Sinhá – e também é responsável pelo refino do óleo de girassol da marca Carrefour. Os produtos são vendidos em redes de supermercados que operam na capital paulista.

## O que diz a empresa

No final de 2008 a Caramuru, por intermédio do gerente Cristiano Grade, ressaltou que o girassol adquirido foi cultivado em outra propriedade de Carlos Vian, que não as citadas anteriormente, mas também localizada no município de Brasnorte. A assessoria de comunicação da empresa também informou que os contratos com fornecedores possuem cláusula pela qual o produtor se compromete em ter sua produção agrícola respaldada pela legislação ambiental vigente, bem como a não utilizar mão-de-obra infantil ou em condição análoga à escravidão.

Em 2009 a empresa divulgou, por meio da assessoria de comunicação, a seguinte nota: “A Caramuru informa, pública e oficialmente, que não está mais adquirindo qualquer tipo de mercadoria do produtor Carlos Vian”.

# ADM do Brasil

## Perfil

Terceira maior entre as tradings de soja que atuam no Brasil, a Archer Daniels Midland Company (ADM) foi fundada em 1902 nos Estados Unidos. A empresa atua na exportação de grãos e farelo de soja. Também fabrica, em território brasileiro, produtos para a indústria alimentícia local e biodiesel. Por meio dos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a empresa já vendeu mais de 130 milhões de litros do produto, que chega, misturado ao diesel, nos postos de todo o país. Seu faturamento em 2007 foi de US\$ 2,6 bilhões. Nesse ano, foi a 77ª maior empresa em atuação no país em vendas, de acordo com o ranking “Melhores e Maiores” da revista Exame.

## O problema

O problema da ADM do Brasil manteve relações comerciais com produtor autuado por crimes ambientais na floresta amazônica. Vilson Miguel Vedana, dono de um armazém e de fazendas em Nova Ubiratã (MT), cultiva soja e milho em áreas no entorno da rodovia MT-242, que liga Sorriso (MT) ao município. Uma de suas propriedades é a fazenda Desejado, que ocupa 1,7 mil hectares.

Desde agosto de 2007, ela está interdita pelo Ibama e faz parte da lista de embargos divulgada no site do instituto. Lá foi identificada a prática de atividades agrícolas sem a devida licença ambiental, o que gerou multa de R\$ 20 mil ao produtor. Na fazenda Desejado II, contígua à

citada, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente aponta desmatamentos sem autorização entre 2001 e 2003. Eles teriam ocorrido em área de reserva legal, em desacordo com a manutenção dos 80% exigidos para propriedades no bioma amazônico.

Na safra 2007/2008, ADM do Brasil adquiriu soja produzida por Vilson Miguel Vedana em Nova Ubiratã. Grande parte do grão adquirido pela multinacional no Mato Grosso é processado em Rondonópolis (MT), onde ela possui um dos maiores complexos industriais do setor no país. Atualmente, suas instalações na cidade também detêm a quarta maior capacidade nacional de fabricação de biodiesel. A unidade Rondonópolis também utiliza a soja para produzir óleo de cozinha. A empresa possui uma marca própria – Corcovado – presente nas prateleiras de supermercados paulistanos. O óleo de soja da marca Sadia também é envasado nas plantas industriais da ADM do Brasil.

## O que diz a empresa

Procurada em outubro de 2008, a ADM do Brasil, por intermédio de sua assessoria de imprensa, afirmou que tem como procedimento, antes do início de cada negociação, consultar tanto a “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como a lista do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para conferir qualquer irregularidade de seus fornecedores. “No caso de o produtor estar citado em quaisquer das listas, as negociações são interrompidas e

a ADM envia uma correspondência para que ele adote medidas de regularização junto a esses órgãos.”

Em abril de 2008, quando foi disponibilizada na Internet a lista de embargos do Ibama, o nome de Vilson Miguel Vedana já constava no cadastro. Na última atualização consultada pela pesquisa (10/10/2008), sua presença também foi verificada. A ADM do Brasil diz, no entanto, que o mesmo não se dava à época da relação comercial com o produtor. “O fornecedor em questão, Vilson Miguel Vedana, arrendatário das Fazendas Desejado I e Desejado II, não constava na lista do Ibama no dia 11/06/2008, mês no qual foram realizados negócios entre a empresa e o produtor. O contrato com a ADM foi realizado no dia 05/06/2008 e finalizado no dia 13/06/2008”, coloca a ADM, através de sua assessoria de comunicação.

A empresa reitera que preza pelo desenvolvimento sustentável e segue todas as normas de mercado e de preservação ambiental no que diz respeito à compra de matérias-primas. E ressalta ser uma das maiores empregadoras do Centro-Oeste em época de safra, contando com mais de 27 mil funcionários em todo o mundo.

No começo de 2009, foi perguntado à empresa se ela tomou algum tipo de medida em relação ao produtor em questão, e se ele está habilitado, atualmente, a manter relações comerciais com a empresa. A multinacional também foi questionada sobre seu interesse em aderir ao Pacto Empresarial da Soja. A companhia não respondeu aos questionamentos.

# Povos indígenas ameaçados

*A fronteira agrícola chega às portas do Parque do Xingu e de outras terras pertencentes aos índios, poluindo as águas dos rios e ameaçando sua subsistência.*

FOTO TATIANA CARDEAL



Mulheres do Xingu realizam ritual no Festival Indígena de Bertioga (SP)

O agravamento do efeito estufa e as conseqüências climáticas mais óbvias relacionadas à supressão das matas não são as únicas preocupações que remetem ao avanço da soja. Em áreas de expansão da fronteira agrícola, povos indígenas, comunidades tradicionais e assentados também acusam prejuízos advindos da recente convivência com o grão. O Parque Indígena do Xingu – localizado no Nordeste do Mato Grosso, onde moram cerca de cinco mil índios de 14 etnias – é um exemplo.

Dos 19 municípios apontados pelo governo federal como principais focos de desmate naquele estado, seis se localizam em áreas parcialmente integradas à área de proteção. No entorno sul do parque, a cultura sojeira é a principal atividade econômica. O impacto hidrológico causado pela atividade é uma das principais preocupações dos índios xinguanos. A demarcação, ocorrida em 1961, deixou de fora as nascentes dos principais afluentes do rio Xingu. É na calha deste rio e de seus formadores que a maior parte das aldeias está assentada.

Devido ao corte da mata ciliar, que barra o depósito de sedimentos trazidos pela chuva, o assoreamento desses afluentes é hoje um problema evidente. Como a cultura sojeira demanda intensa utilização de agrotóxicos, cresceu a apreensão quanto à contaminação das águas que chegam ao território indígena, uma situação ainda carente de estudos conclusivos. Rios mais escuros, episódios de mortandade de peixes e dificulda-

des crescentes para a pesca são alguns dos efeitos sentidos pelos índios. O peixe é alimento imprescindível para a dieta das populações dentro do Parque.

## Campanha de proteção

A seriedade das ameaças impulsionou a criação de uma articulação entre diversos setores para proteger o rio Xingu e suas cabeceiras. Executada por ambientalistas, agentes municipais, produtores, indígenas e assentados, entre outros, a Campanha Y Ikatu Xingu desenvolve, desde outubro de 2004, ações que incluem parcerias pioneiras com fazendeiros de soja para a recuperação das matas ciliares dentro de suas propriedades. A difusão de práticas agrícolas menos danosas ao meio – como, por exemplo, o plantio direto, que diminui a erosão do solo – é outro dos objetivos da campanha. Apoiador da iniciativa, o Grupo André Maggi é o único participante entre as grandes empresas do chamado Complexo Soja.

Na Terra Indígena Pimentel Barbosa, distante 100 km do Parque Indígena do Xingu – área de transição do cerrado para a floresta amazônica, onde vivem cerca de dois mil índios xavantes –, a situação da fauna é uma das principais preocupações. Os xavantes são caçadores e, devido à diminuição das matas nativas, cresceu nos anos 1990 uma percepção de rareamento das espécies de maior porte. Além de base protéica da alimentação, a carne de espécies como queixada, veado e tamanduá é com-

ponente central de cerimônias inerentes à cultura do povo, incluindo as celebrações de casamentos.

## Novas fronteiras

Para além das terras mato-grossenses, outras regiões fronteiriças – ou internas – ao bioma amazônico também fazem parte da rota atual de ocupação do grão. No Tocantins, durante a safra de 2006/2007, plantou-se soja em 12 municípios total ou parcialmente inseridos no bioma amazônico, englobando um perímetro de cerca de 32,5 mil hectares – que correspondem a 0,15% da lavoura nacional do grão. Já nos campos de Roraima, iniciou-se, em 2004, projetos ainda incipientes de produção sojeira. Em municípios paraenses próximos ao Mato Grosso, como Redenção e Santana do Araguaia, o grão também já está presente.

Cortado pela BR-364, rota de escoamento da soja de através do rio Madeira, em Porto Velho (RO), Rondônia viu crescer em dez vezes sua produção de soja nos últimos dez anos, atingindo 90 mil hectares plantados em 2007 – maior área, segundo o IBGE, entre os estados do Norte. Do rio a soja chega a estruturas portuárias no Amazonas, de onde vai para o Oceano Atlântico. Esta mesma rota impulsiona a presença incipiente do grão em alguns municípios no Sul amazonense. Há locais onde inclusive já surgem queixas de comunidades indígenas relativas à suposta contaminação de igarapés por agrotóxicos.

# FINANCIAMENTO

# Investimento

Nos últimos anos o governo brasileiro e o setor financeiro vêm criando mecanismos para conter a devastação acelerada pela expansão da fronteira agrícola. No caso da Amazônia, algumas providências foram tomadas mais recentemente. Uma das mais relevantes se deu em fevereiro de 2008, quando o Banco Central, por meio do Conselho Monetário Nacional, baixou a Resolução 3.545, fechando o cerco aos produtores em situação irregular em municípios do bioma amazônico.

De acordo com a medida, em vigor desde 1º de julho do ano passado, quem quiser recursos de instituições financeiras públicas ou privadas para custear a produção precisa apresentar documentos que comprovem a regularidade do registro fundiário da propriedade e as licenças ambientais autorizando a exploração. Se o produtor já tiver conseguido o crédito, a liberação do financiamento pode até ser suspensa em definitivo, caso ocorra o embargo da área sem que as pendências ambientais sejam sanadas em até 12 meses.

A determinação, concebida por influência direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tenta apagar um fogo que o próprio governo ajudou a acender. A relação entre dinheiro público e desmatamento aparece nitidamente em instrumentos como o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), do qual o Banco da Amazônia (Basa) é gestor.

## Pecuária sem controle

Um estudo feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) sobre o setor da pecuária bovina de corte mostra que produtores desse segmento – reconhecidamente, os que mais contribuem para a devastação da floresta – foram contemplados com R\$ 1,89 bilhão do FNO, desde o início da gestão de Lula até 2007.

***Desde os tempos da ditadura militar, quando o processo de colonização e de “integração” da Amazônia ganhou fôlego, generosos financiamentos de instituições públicas e privadas vêm bancando o desenvolvimento de atividades produtivas na floresta. Essa injeção de recursos não tem levado em conta os impactos socioambientais dos empreendimentos. Na área percorrida pela reportagem, alguns exemplos evidenciam elos preocupantes entre o setor financeiro e a atividade de grandes grupos empresariais cujas atividades geram grandes impactos socioambientais.***

Não há um sistema adequado de controle. Levando em conta o acelerado ritmo de abertura de novas pastagens na região Norte, fica difícil acreditar que todos os pecuaristas da região sigam à risca o que reza a legislação.

A Resolução 3.545 descontentou expoentes políticos do agronegócio como Blairo Maggi, governador de Mato Grosso. O mandatário, que é também grande produtor de soja, chegou a afirmar em reunião do 1º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizada em junho de 2008, que a restrição de crédito por irregularidade ambiental atingiria 45% da área agrícola e 42% da produção de seu estado – evidenciando o grau de irregularidade do setor. Com dois meses e meio de vigência da resolução, os financiamentos públicos concedidos pelo Basa e pelo Banco do Brasil despencaram até 15%. Por outro lado, a procura de produtores para regularizar a situação

# de risco

fundiária de suas terras aumentou em 60%, de acordo com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

O condicionamento do crédito a exigências de sustentabilidade é relativamente recente. Um dos marcos para a consolidação desse debate se deu quando a International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e o holandês ABN Amro promoveram um encontro internacional em outubro de 2002. Executivos de importantes bancos debateram os fatores que deveriam ser levados em conta para garantir o financiamento de atividades produtivas mais responsáveis dos pontos de vista social e ambiental.

## Princípios do Equador

O encontro deu origem, em 2003, aos chamados Princípios do Equador – que tratam basicamente da proteção à biodiversidade e à diversidade étnica e cultural, do respeito aos direitos de populações indígenas e do combate à exploração criminoso de mão-de-obra e ao trabalho infantil. Também prevêm medidas de incentivo ao uso racional de recursos naturais e ao uso de fontes renováveis de energia.

Quatro empresas brasileiras – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco – são signatárias dos Princípios do Equador. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que congrega as 29 maiores empresas públicas e privadas do setor, a preocupação com esse tema é partilhada por mais associados. A própria entidade já tomou iniciativas nesse sentido.

Em dezembro de 2005, por exemplo, o presidente da Febraban assinou uma declaração de intenções recomendando aos associados a restrição de crédito àqueles que figurassem na “lista suja” do trabalho escravo, cadastro oficial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que

torna públicos os nomes dos produtores flagrados na prática desse crime. Segundo o último Relatório Social da organização, que teve 2007 como ano base, “65,4% de 26 instituições consideram aspectos socioambientais para a concessão de créditos, privilegiando projetos que promovam o desenvolvimento sustentável”.

Desde dezembro de 2003, os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não emprestam para empregadores relacionados na “lista suja”. Em seguida, os bancos públicos federais passaram a verificar essa relação antes de conceder qualquer modalidade de crédito ou financiamento. Alguns bancos privados também incorporaram a prática e não emprestam para quem foi flagrado explorando mão-de-obra escrava.

A ferramenta tem sido muito útil para evitar que empresários criminosos continuem obtendo apoio para produzir e escoar sua produção. Permanecer sem apoio financeiro para a produção durante dois anos – prazo mínimo de permanência no cadastro – pode inviabilizar empreendimentos, dependendo do seu nível de capitalização e da sua capacidade de buscar recursos através de tradings ou da própria indústria.

Em agosto de 2008, outro acontecimento mostrou o crescimento da importância desse assunto na agenda do setor financeiro brasileiro. Cinco bancos federais assinaram um “Protocolo Verde”, em cerimônia que contou com a presença do presidente e de oito ministros na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em Brasília. Pelo documento, eles se comprometem a levar em consideração os impactos de custos socioambientais nas análises de risco de clientes e de projetos de investimentos.

Apesar de largar na frente na discussão e adoção de critérios ecologicamente corretos, a ação da IFC já foi alvo de ponderações críticas do próprio Banco Mundial. Divulgado em julho de 2008, um relatório interno do Bird destacou que a supervisão da ação ambiental corretiva nos projetos financiados pela IFC na Amazônia é “inadequada e requer monitoramento independente”. O documento alerta para a necessidade de avaliar aspectos mais amplos do desmatamento na região amazônica para o apoio de projetos.

## Produção de soja

Em 2004 a Amaggi – braço no setor graneleiro do Grupo André Maggi, da família do governador do Mato Grosso – recebeu US\$ 30 milhões da IFC para a construção de silos e pré-financiamento de fornecedores. Apesar de reconhecer os esforços da empresa para melhorar seus processos de monitoramento e mitigação, seja em

suas fazendas de soja, seja em áreas de terceiros, o relatório observa que 40% das compras da Amaggi não são objeto de qualquer controle. Tal constatação suscita cuidados, uma vez que a trading é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e está presente em regiões com propriedades sojicultoras embargadas pelo Ibama.

Algumas empresas signatárias do Pacto Nacional, entre elas a Amaggi, vêm buscando estender as restrições comerciais também aos escravagistas que obtiveram liminares na Justiça para sair da “lista suja” – concedidas, via de regra, em ações que contestam a legalidade do cadastro em si. A dificuldade para monitoramento, no entanto, oferece brechas que permitem a continuidade do escoamento da produção de áreas flagradas com trabalho escravo.

Exemplo é o caso de Valmor da Cunha, proprietário da fazenda Floresta, que entrou na “lista suja” em julho de 2006 e obteve uma liminar na justiça pouco tempo depois. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou inclusive que um trabalhador havia sido ameaçado de morte na área. Em julho de 2008, a Amaggi adquiriu soja desse produtor, provavelmente por não ter conhecimento de que ele está excluído da relação por liminar. Durante o II Seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizado em março deste ano em São Paulo, a empresa afirmou que conseguiu zerar o número de fornecedores presentes na “lista suja” em 2009.

A IFC também já foi criticada em decorrência da liberação de recursos para a cadeia bovina no bioma amazônico. Em março do ano passado, 33 entidades de defesa do meio ambiente – como Greenpeace e WWF – questionaram um empréstimo de US\$ 90 milhões que a instituição vinculada ao Bird liberou para o grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos do Brasil. O

dinheiro está sendo aplicado na ampliação da capacidade da empresa de processamento de carne e couro de bovinos na Amazônia. Na avaliação dos ativistas, que enviaram uma carta à direção do IFC contestando o negócio, o crescimento da atividade do Bertin na região poderia agravar ainda mais problemas como desmatamento, grilagem de terras e utilização de mão-de-obra escrava.

Em entrevista à Repórter Brasil, o IFC rebateu as críticas dizendo que as cláusulas previstas para a liberação do dinheiro ajudariam o grupo a melhorar o padrão de seus fornecedores. Bertin também conseguiu apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre setembro de 2007 e agosto deste ano, o frigorífico encabeçou a lista das principais contratações do principal banco estatal de fomento. O grupo tem à sua disposição R\$ 2,5 bilhões para consolidar seu plano de internacionalização e ampliar a capacidade de suas fábricas.

Outros dois gigantes do segmento de processamento de carne bovina, e com presença marcante na Amazônia, também foram contemplados por financiamentos do BNDES, no mesmo período. O JBS-Friboi, maior frigorífico do mundo em capacidade de abate, e o Marfrig, que abriu seu capital no ano passado na Bolsa de Valores de São Paulo, aparecem respectivamente na segunda e terceira posições, deixando claro o avanço do segmento da pecuária de corte no Brasil, que vem crescendo principalmente no Norte do país. Vale lembrar que, de acordo com a pesquisa de cadeia produtiva da pecuária bovina, ambas as empresas mantiveram relações comerciais com propriedades que apresentaram problemas.

## Na ponta, as motosserras

A injeção desses recursos públicos não é bem vista pelos ambienta-

listas. “Fundamental é evitar que o crédito continue fomentando a devastação”, afirmaram Roberto Smeraldi e Fábio Feldmann, da diretoria da ONG Amigos da Terra, em artigo publicado em fevereiro de 2008 na Folha de S. Paulo: “A tarefa principal é condicionar o financiamento à cadeia, não só ao produtor. Se o BNDES ou o Banco Mundial continuarem a subsidiar obras de infraestrutura que estimulam a grilagem ou a ampliação da capacidade dos frigoríficos, sempre haverá alguém na ponta com uma motosserra”.

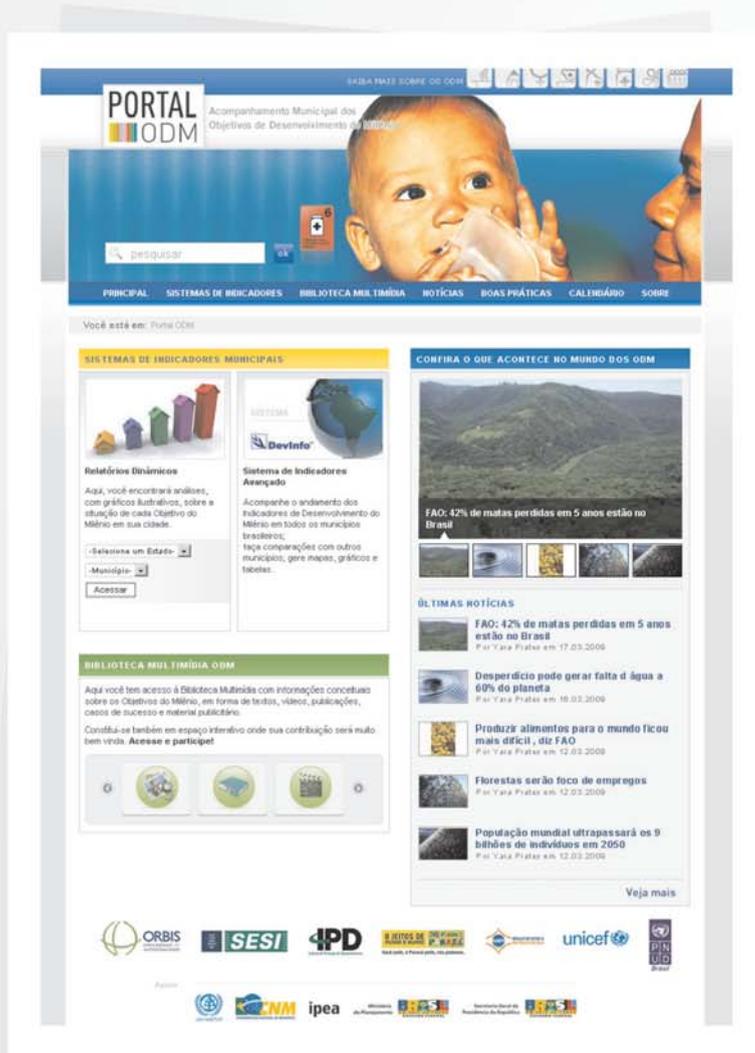
Outro projeto polêmico que conta com financiamento do BNDES é a exploração das jazidas de níquel, localizadas em três municípios do Sul do Pará, pela Mineradora Onça Puma – subsidiária da Vale. Em abril de 2007, o banco de fomento concedeu o maior limite de crédito rotativo de toda a sua história para a Vale. O montante chegou a R\$ 7,3 bilhões. Mas o dinheiro não será aplicado integralmente na extração do níquel, que deve começar já no primeiro semestre de 2009, consumindo um investimento total de cerca de US\$ 2,3 bilhões. O projeto Onça Puma integra uma lista com outros 17 empreendimentos da mineradora que têm amparo do BNDES.

Desde julho de 2008, a Vale trava uma briga na Justiça com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por conta do projeto Onça Puma. A Procuradoria do órgão federal entrou com uma ação solicitando a suspensão das atividades da mineradora, acusada de comprar ilegalmente, entre 2003 e 2007, lotes em assentamentos próximos da jazida de níquel. Alguns dos moradores que venderam as terras alegam que foram coagidos a aceitar a oferta da empresa. O problema é que a Vale deveria ter feito a negociação diretamente com o Incra, pois as áreas pertencem à União e não aos assentados, que têm apenas uma espécie de direito de

# PORTAL ODM



Agora NÓS PODEMOS acompanhar de perto como nossos municípios estão trabalhando para atingir os **OBJETIVOS DO MILÊNIO**  
[portalodm.com.br](http://portalodm.com.br)



■ Acesso: [www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)



uso da área.

No documento de defesa entregue à Justiça Federal no Pará, a empresa reconhece que não possuía autorização formal para a compra dos lotes. Porém, alega que se baseou numa expectativa de direito, já que o órgão federal tinha conhecimento das transações, e que estava apenas adiantando o processo de desocupação da área de seu interesse, antecipando-se à burocracia do Incra. A Vale obteve vitória em primeira instância, mas a Procuradoria do órgão federal recorreu e o caso agora segue para Brasília.

## Financiamento a infratores

Há casos também de financiamento direto ao infrator. Em outubro de 2004, o produtor Elton Renato Hollenbach Zimpel obteve recursos do Finame Agrícola – programa para a aquisição de máquinas e equipamentos do BNDES. Em parceria com familiares de Nova Ubiratã (MT), ele adquiriu três colheitadeiras avaliadas em R\$ 1,4 milhão. No ano seguinte, foi multado por desmatar floresta nativa na fazenda Vó Ruth e, em 2006, sofreu nova autuação por destruir área de preservação. A área de 1,4 mil hectares foi embargada pelo Ibama. Para completar o quadro, um mês após receber recursos do BNDES, Zimpel foi fiscalizado pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), numa ação que resgatou 13 trabalhadores em condições degradantes e gerou indenizações trabalhistas de R\$ 25 mil.

O Banco do Brasil financiou, no início da década, a compra de 360 matizes e dez reprodutores bovinos em favor do pecuarista Eder Politano, criador em Peixoto de Azevedo (MT). Anos depois, em 2008, ele foi autuado por desmatar floresta e instalar empreendimento agropasto-

ril sem autorização ambiental em Marcelândia (MT), município vizinho. Os recursos para a aquisição dos animais vieram do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN).

Os impactos sociais e ambientais que podem ser gerados por obras de infraestrutura de grande porte motivaram a articulação de 20 organizações sociais, reunidas na chamada Plataforma BNDES. Em setembro de 2008, essas organizações enviaram uma carta ao principal banco de fomento do país, solicitando a não aprovação dos pedidos de financiamento de hidrelétricas. Esses projetos se encontram em fase de análise pela instituição e chegam à casa dos R\$ 14 bilhões. As entidades também chamam a atenção para o fato de que existem pelo menos quatro Ações Civis Públicas que questionam a sustentabilidade dos empreendimentos. A geração de energia elétrica na Amazônia conta com aporte de instituições financeiras públicas e privadas.

Outro problema em discussão é o das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso tem concedido licenças para operação das usinas, mas há populações tradicionais que questionam a sua instalação. Em fevereiro de 2008, por exemplo, entrou em operação a usina Paranatinga II, a primeira PCH da cabeceira do rio Xingu. O projeto chegou a ser paralisado por ação do Ministério Público Federal, que contesta as bases do licenciamento ambiental da obra. A usina é controlada pela Atiaia Energia, que conta com o apoio financeiro de Unibanco, Santander, Banco Real e Bradesco por meio de linhas de crédito rotativo no valor total de aproximadamente R\$ 50 milhões.

Além de poluição e de prejuízos à flora, indígenas temem que a construção de barragens afete o ciclo de vida dos peixes, base alimentar local. A usina possui um sistema de canais para viabilizar a migração dos cardumes na época da piracema, o que não remove a apreensão dos ambientalistas. A Atiaia Energia, por sua vez, afirma que cuidados com o meio ambiente são prioritários desde o início do empreendimento e que a reprodução de peixes não será prejudicada.

## Manifesto de investidores

Durante o 2º Seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizado em São Paulo no dia 18 de março, foi lançado um manifesto público de investidores nacionais e internacionais, por meio do Fórum Latino-Americano de Finanças Sustentáveis (Lasff), sobre os riscos do envolvimento direto e indireto de empresas na exploração de mão-de-obra escrava.

O conglomerado pede que empresas de capital aberto se posicionem sobre atitudes pró-ativas relacionadas à erradicação do trabalho escravo nas suas operações e em sua cadeia produtiva. O Lassf – iniciativa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GVCes) e do International Finance Corporation (IFC), braço privado do Banco Mundial (Bird) – recomenda ainda o suporte ao Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – por meio da adesão ao mesmo e do incentivo à adesão de seus fornecedores – e a adoção de formas de monitoramento do possível aproveitamento criminoso de trabalho escravo no ciclo produtivo da própria empresa ou em alguma das etapas de suas cadeias produtivas.

# CONHECER DIFERENÇAS



PROMOVER  
IGUALDADE  
DE DIREITOS

## Prêmio de Direitos Humanos

A reportagem *Tradição dizimada*, publicada na edição 14 de Observatório Social Em Revista, foi premiada na 25ª edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Paola Bello e Tatiana Cardeal contam o drama vivido em Sergipe pelas mulheres catadoras de mangabas, cuja atividade está ameaçada. *Tradição dizimada* foi uma das vencedoras da categoria “Premiação Especial”, criada para marcar o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo é promovido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS) e Secretaria Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação, Agricultura e Afins (UITA), com apoio da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul (Arfoc/RS) e da Arfoc/Brasil.

## Monitoramento do trabalho escravo



No dia 18 de março o IOS lançou oficialmente o site e a Plataforma de Monitoramento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O lançamento aconteceu durante o 2º Seminário Nacional do Comitê de Monitoramento, em São Paulo, realizado em parceria com OIT, Instituto Ethos e Repórter Brasil. O objetivo da Plataforma é registrar e tornar públicas as iniciativas realizadas em todo o país contra a escravidão de trabalhadores.

"Já atuamos na pesquisa de sensibilização de 50% das instituições signatárias do Pacto em 2007, a convite da OIT", disse a pesquisadora do IOS e coordenadora do projeto de monitoramento, Ana Yara Paulino: "Com a plataforma, pretendemos dar ainda mais visibilidade às iniciativas que têm ajudado o Brasil a avançar e virar a página de um crime inafiançável". Desde a concepção do projeto, o IOS buscou desenvolver uma ferramenta que reforçasse a autodeclaração das

empresas signatárias e que integrasse a sociedade civil. "Quando a entidade assina o Pacto, assume um compromisso internacional contra o trabalho escravo", reforçou. "É fundamental que tenha consciência disso e que favoreça a troca de informações sobre as ações desenvolvidas".

A diretora nacional do projeto de combate ao trabalho escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Andréa Balzon, ressaltou a importância do comprometimento público e da união de empresas e organizações da sociedade na luta contra o trabalho escravo.

De acordo com a diretora, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo concentra empresas responsáveis por 20% do PIB brasileiro, dado que reforça ainda mais a importância do comprometimento e que tornam o Brasil um país exemplar para a OIT. Para conhecer o site e ter acesso à Plataforma, acesse [www.os.org.br/pacto](http://www.os.org.br/pacto).

## Rede de Trabalhadores na AkzoNobel

Nos dias 11, 12 e 13 de março, o Instituto Observatório Social participou do 1º Encontro Latino-Americano de Trabalhadores no Grupo AkzoNobel. O evento acontece em São Paulo (SP) e envolve representantes sindicais e trabalhadores que atuam no grupo no Brasil e na Argentina. O principal objetivo do evento foi a troca de informações entre trabalhadores de diferentes unidades, a divulgação de práticas sindicais e a consolidação da rede como ferramenta dos trabalhadores para o diálogo

social. As organizações de trabalhadores na Europa, na Argentina e no México também participaram das discussões.

Para Sergio Carasso, coordenador do Comitê Sindical de Trabalhadores na AkzoNobel, o encontro é o começo da inserção das redes existentes na América Latina na rede global do grupo, atualmente mais fortalecida na Europa, uma vez que a empresa tem sede na Holanda. "Na Europa temos hoje a participação massiva e constante dos trabalhadores em questões como demissões e am-

pliação do grupo", disse. "O fortalecimento da rede e o reconhecimento alcançado aconteceram através do esforço dos próprios trabalhadores – é o que buscamos na América Latina".

O comportamento da AkzoNobel frente aos seus empregados em diferentes unidades no Brasil foi o tema apresentado pelas pesquisadoras Ana Yara Paulino e Leila Zidan. Realizada pelo IOS em 2006 e 2007, a pesquisa fez parte da terceira fase do projeto Monitor de Empresas, apoiado pela central sindical holandesa FNV. Foram identificados como desafios: maior representação sindical nas unidades, equiparação salarial e de benefícios, redução de terceirização e eliminação de práticas intimidatórias pela empresa. Também foi apontada a necessidade de maior abertura para o diálogo social e para as ações de responsabilidade social. O IOS irá realizar até o final deste ano oficinas nas unidades de Santo André (SP), Mauá (SP), e São Gonçalo (RJ) e Recife.



## Novos estudos do IOS

Em janeiro o Observatório Social publicou dois novos estudos. Lançado durante o Fórum Social Mundial, A Cadeia Produtiva de Alumínio na Região Norte do Brasil envolveu as quatro maiores empresas do setor no país e os sindicatos a elas ligados. Entre os objetivos está a avaliação das práticas das empresas quanto aos direitos e princípios fundamentais no trabalho, conforme definidos pela OIT. A publicação, em português e inglês, é resultado de pesquisas realizadas pelo IOS entre outubro de 2006 e outubro de 2007 nas empresas Albrás, Alunorte e MRN e o Projeto Juriti, localizados no Pará, e a empresa Alumar, situada no Maranhão.

Comportamento sócio-

trabalhista das empresas BBVA, Telefônica e Unilever na América Latina é um apanhado de artigos e estudos realizados em 2006 e 2007 através da Rede Latino-americana de Pesquisas em Empresas Multinacionais (RedLat), com apoio e financiamento da central sindical holandesa FNV. A publicação bilíngue (português e espanhol) mostra a realidade das empresas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Tem como objetivo oferecer não só um olhar sobre as práticas das empresas em cada país, como também uma análise comparativa que mostra os pontos comuns e divergentes nestas práticas.

Destaca-se um quadro de

recomendações às empresas para que cumpram plenamente com suas responsabilidades sociais e trabalhistas. A publicação também serve como um insumo para as organizações sindicais, tanto dos países de origem das empresas como das filiais latino-americanas dessas multinacionais. Traz informações qualificadas que podem servir de subsídios para processos de diálogo social, campanhas de denúncia e demandas judiciais. A longo prazo, os estudos também pretendem auxiliar na melhoria das condições de trabalho nos países onde atuam essas empresas. Estas e outras publicações podem ser baixadas no site do IOS ou solicitadas gratuitamente.

## Oficina de papel e celulose

Entre 30 de março e 1º de abril, o Instituto Observatório Social participou da Oficina de Planejamento do Setor de Papel e Celulose da América do Sul. Realizada pela Federação Internacional de Sindicatos da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas (ICEM) e apoiada pelo Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia (SASK), a oficina visou desenvolver um projeto e definir ações integradas pela melhoria nas condições trabalhistas nos quatro principais países produtores de papel e celulose da América Latina – Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

O projeto será a base para as ações que serão desenvolvidas pelo setor nos próximos três anos. Idealizado pelo ICEM, será custeado pela SASK. Como forma de apoiar a iniciativa, o Observatório Social ofereceu subsídios para o diagnóstico do setor nos quatro países. Apresentada no evento pela pesquisadora Daniela Sampaio, a pesquisa Panorama Econômico e Sindical do Setor de Papel e Celulose nos Países do Cone Sul apontou a dimensão do setor na região, a importância econômica que possui e a forma como está estruturado sindicalmente nos quatro países. Também impulsionou o levantamento de problemas trabalhistas.

Fazem parte do projeto alguns temas prioritários para atuação conjunta dos sindicatos, como comunicação (entre sindicatos e externa), banco de dados com informações sobre acordos coletivos, criação de redes sindicais em multinacionais presentes nos países e unificação data-base. Também foi levantada a possibilidade de o Observatório Social realizar pesquisas em algumas multinacionais de maior importância. Em dezembro de 2008, o IOS também participou de uma apresentação similar, na conferência internacional do setor de papel e celulose realizada na cidade de Piriápolis, no Uruguai.



## Encontro sobre Unilever

Em novembro, o Observatório Social participou em Montevidéu de uma oficina internacional de divulgação de informações relacionadas à empresa Unilever. O evento foi promovido pelo Instituto Cuesta Duarte, ligado à central uruguaia PIT-CNT, e fez parte das ações apoiadas pela FNV no país. Representado pela pesquisadora Lillian Arruda, o Observatório Social apresentou as metodologias utilizadas em suas pesquisas ligadas à multinacional. Foram

debatidas pesquisas por fontes secundárias, oficinas sindicais, pesquisas por amostragem com trabalhadores e os relatórios oriundos dessas pesquisas: perfil de empresa, mapa sociotrabalhista e relatório sociotrabalhista. Observatório Social, Observatório Laboral do Chile e Plades, do Peru, trocaram informações sobre pesquisas envolvendo trabalhadores da Colômbia, Peru, Uruguai, Equador, Chile, Brasil, Argentina e México.

## Empresas alemãs na África do Sul

Em novembro de 2008, o Observatório Social participou em Johannesburg de um encontro de pesquisa sobre empresas multinacionais alemãs atuantes na África do Sul. Entre os objetivos estiveram a avaliação dos projetos em andamento, a identificação de desafios e prioridades sobre o assunto para 2009, o debate sobre a metodologia utilizada – que alia educação e ação sindical – e a discussão de possíveis formas de cooperação entre os participantes. Tam-

bém estiveram presentes pesquisadores da África do Sul e do Vietnã, dirigentes sindicais dos ramos químico e metalúrgico e da DGB Bildungswerk, financiadora do projeto. O Observatório fez apresentações sobre o panorama socioeconômico e sindical brasileiro e sobre a metodologia das pesquisas realizadas. Também conduziu discussões sobre dificuldades práticas no andamento dos projetos de pesquisa, com base na experiência em projetos similares.



## Fórum Social Mundial de 2009

O Instituto Observatório Social participou do Fórum Social Mundial 2009, que reuniu, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro em Belém do Pará, mais de 133 mil participantes de 142 países. Ao todo, foram cinco atividades realizadas pelo IOS. Direitos dos trabalhadores do Pará, trabalho escravo, impactos de investimentos chineses na América Latina, impactos de multinacionais no meio ambiente e cadeia produtiva do alumínio compuseram as pautas dos painéis, por onde passaram mais de 320 pessoas. A cobertura completa da participação do IOS no evento pode ser conferida em [www.os.org.br](http://www.os.org.br).

## Seminário sobre ISO 26000

Nos dias 2 e 3 de março, em São Paulo, representantes do IOS, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da CUT-Brasil participaram do seminário sobre a ISO 26000. A norma internacional é dedicada à Responsabilidade Social e está em fase decisiva – os 80 países que participam de sua construção realizam as últimas modificações no texto que a define. O processo de construção da norma foi iniciado em 2002 e deve ser encerrado em 2010. Assim que for aprovado o texto final, a norma poderá ser adotada por qualquer organização da sociedade.

Mais de 140 participantes de todas

as categorias envolvidas na construção da norma, como trabalhadores, indústria, ONGs, governo, consumidores e academia/consultores, estiveram presentes no evento. No documento, as questões relativas aos Direitos Humanos e Práticas Trabalhistas cobrem todas as conquistas e convenções consagradas pelos trabalhadores, presentes nas Declarações dos Direitos Humanos e Convenções da Organização Internacional do Trabalho. Em maio, na Conferência Internacional do Grupo de Trabalho em Quebec (Canadá), os representantes das categorias envolvidas e dos órgãos normalizadores em todos os países apresentaram seus votos.

**GENTE**  
**È**  
**GENTE**



**IGUAL E**  
**DIFERENTE**



[www.observatoriosocial.org.br](http://www.observatoriosocial.org.br)



APOIO:





APOIO:



[www.observatoriosocial.org.br](http://www.observatoriosocial.org.br)

